



santa maria da feira assembleia municipal

EDITAL N.º 8/2023/DAOA-AM

CARLOS JORGE CAMPOS DE OLIVEIRA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 17 de fevereiro de 2023, aprovada na sessão ordinária de 28 de abril de 2023, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 2 de maio de 2023. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

(CARLOS JORGE CAMPOS DE OLIVEIRA)



ATA N.º 10 – No dia 17 de fevereiro de 2023, reuniu, às 20 horas e 55 minutos, no Europarque, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Carlos Jorge Campos de Oliveira, integrando ainda a Mesa a 1.ª Secretária da Mesa, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Atas: -----**
 - Ata N.º 8 – Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2022; -----
 - Ata N.º 9 – Sessão Extraordinária de 7 de dezembro de 2022; ---
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município; -----**
- 3 – Regimento da Assembleia Municipal; -----**
- 4 – Alteração do Mapa de Pessoal para 2023; -----**
- 5 – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano; -----**
- 6 – Protocolo para instalação de equipamentos de Fitness na freguesia de Romariz; -----**
- 7 – Aditamentos aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município e a Junta de Freguesia de Lourosa, e entre o Município e a União das Freguesias de Lobão, Gião Louredo e Guisande; -----**
- 8 – Prorrogação de prazo de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Ação Social; -----**
- 9 – Revisão do tarifário para o ano de 2023, no âmbito da Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira; -----**
- 10 – Declarações no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----**
- 11 – Relatório de Atividades de 2022 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira; -----**



12 – Proposta de constituição de júri para concursos de cargos de dirigente; -----

13 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira -----

- Designação de uma pessoa de entre os cidadãos eleitores para substituição de Maria Amélia Dias Pichel Silva Petiz, designada pela Assembleia Municipal por deliberação de 14/02/2014. -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos(as) Vereadores(as) Sónia Marisa Lopes Azevedo, Vitor Carlos Latourrette Marques, António Gil Alves Ferreira (por videoconferência), Ana Cristina Prego Simões Ozório, Mário Jorge de Castro Reis, Márcio Santos Correia, Pedro Manuel Soares Vieira (em substituição do Vereador Sérgio Manuel Murteira Cirino) e Délio Manuel Ferreira Carquejo. -----

Não estiveram presentes, para além do Vereador Sérgio Cirino (que se fez substituir), os(as) Vereadores(as) Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria e Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes e a quem assistia à sessão via on-line, assim como às intérpretes que fazem a interpretação da sessão em Língua Gestual Portuguesa. -----

Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida em direto e on-line, e que se depreende que os eleitos prestam o seu consentimento para o efeito, informando ainda que se encontra, junto à entrada da sala, uma declaração para ser subscrita pelo público presente, para, dessa forma, ser prestado o consentimento em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). -----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade da 2.^a Secretária



da Mesa da Assembleia, Eva Lúcia Fernandes da Costa, participar na sessão, daí haver necessidade de completar a Mesa.-----

Convidou, para esse efeito, o grupo municipal do PS a indicar um membro, tendo sido designado o membro Marco António Gomes Gonçalves, o qual integrou a Mesa, na qualidade de 2.º Secretário. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia informou da entrada na Mesa de 4 pedidos de delegação de representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

- Argoncilhe: Manuel Pereira dos Santos (PSD) – delegou a representação na Vogal do Executivo: Raquel Marisa Soares Guimarães Gomes; -----
- Lourosa: Armando de Fontes Teixeira (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Miguel Ângelo Costa e Silva;-----
- Romariz: Nuno Joel Valente de Sousa Rocha (PSD) – delegou a representação na Tesoureira do Executivo: Sara Elisabete Gomes Portal; ---
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Fernando Adriano Sousa Pinho – *o qual entrou no decorrer da sessão.*-----

Informou, ainda, que os membros Eva Lúcia Fernandes da Costa (PSD), Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD), Maria de Fátima Bastos Oliveira (PS), Manuel Oliveira de Almeida (PS) e Carlos Miguel Moreira Cunha (CDU) comunicaram não poder estar presentes, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir das respetivas listas, do modo a seguir discriminado: -----

- Eva Costa: substituída pelo António Perestrelo de Lima,-----
- Jorge Ferreira: substituído pelo Jorge Paulo das Neves Pereira *(uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Regina Maria Gonçalves da Silva – comunicou à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão),*-----
- Maria F. Oliveira: substituída pela Alexandra Patrícia Alves de Sousa,-----



- Manuel Almeida: substituído pelo Lécio Jorge Pereira Dias,-----
- Carlos Cunha: substituído pelo João Paulo Oliveira Vidal. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 50 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Carlos Jorge Campos de Oliveira; Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Serafim Manuel da Rocha Guimarães; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Joana Patrícia Fonseca da Silva; José Moreira de Jesus Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; Jorge Paulo das Neves Pereira; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Raquel Marisa Soares Guimarães Gomes; Arrifana – Ricardo Leite de Oliveira; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro; Fornos – César Jorge Pais Resende; Lourosa – Miguel Ângelo Costa e Silva; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Sara Elisabete Gomes Portal; Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; e União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira;-----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Susana Alexandra Lopes Correia; Domingos Manuel da Silva Florim; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Job Santos Silva; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Rosa Maria Pinto da Silva; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Cláudio Alexander Brandão da Costa; Marco António Gomes Gonçalves; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Lécio Jorge Pereira Dias; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui



Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

Pelo Bloco de Esquerda (BE): Tiago de Oliveira Paiva; -----

Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos; -----

Pela Iniciativa Liberal (IL): Carlos Ferreira Martins da Silva; -----

Pelo Chega (CH): Miguel Branco Santos Alves; -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): João Paulo Oliveira Vidal; -----

Independente: Manuel António Martins de Melo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Entraram no decorrer da sessão: José Carlos Pinto da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos (PSD) e Fernando Adriano Sousa Pinho – em representação do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (PSD). ---

Faltaram à sessão, sem se fazerem substituir: Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD) e Nuno João Marques Soares Albergaria – Presidente da Junta de Freguesia de São João de Ver (PSD). -----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa após a última sessão ordinária realizada, o Sr. Presidente da Assembleia informou que esse documento foi enviado, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. -----

É do seguinte teor o resumo do expediente recebido e emitido pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 30 de novembro de 2022 e a presente sessão:-----

- “E-mail do membro deste Órgão – Carlos Martins, ao Presidente da



Asssembleia Municipal, a informar da impossibilidade de estar presente na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 7 de dezembro de 2022, solicitando a sua substituição;-----

- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Assembleia da República, a remeter as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, na sessão de 30 de novembro de 2022 e na reunião de 21 de novembro de 2022, respetivamente, no âmbito do processo de criação da Freguesia de São Miguel de Souto e da Freguesia de Mosteirô, por desagregação da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, assim como a restante documentação que instrui o processo; -
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 7 de novembro de 2022;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Susana Correia, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da impossibilidade de estar presente na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 7 de dezembro de 2022, solicitando a sua substituição;-----
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Job Santos Silva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da impossibilidade do mesmo estar presente na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 7 de dezembro de 2022, solicitando a sua substituição;----
- E-mail do membro deste Órgão – Carlos Cunha, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da impossibilidade de estar presente na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 7 de dezembro de 2022, solicitando a sua substituição;-----
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – José Carlos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, ao Presidente da



-
- Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 7 de dezembro de 2022, pela Secretária daquela Junta de Freguesia – Maria José Coimbra; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Armando Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 7 de dezembro de 2022, pelo Vogal daquela Junta de Freguesia – Miguel Ângelo Costa e Silva; -----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, remetendo o impresso original onde consta o resultado da votação verificada por esta Assembleia, na sua sessão extraordinária de 7 de dezembro de 2022, relativa à eleição de novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto – impresso que já havia sido enviado em formato digital, por e-mail, imediatamente após o apuramento do resultado referido;-----
 - E-mail da Diretora do Departamento de Administração Geral da Área Metropolitana do Porto (AMP), ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter Edital de Apuramento Geral no seguimento das reuniões simultâneas das 17 assembleias municipais pertencentes à AMP, realizadas no dia 7 de dezembro de 2022, para a eleição de novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Tiago Paiva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter requerimento subordinado ao assunto “Situação de Emergência Habitacional em São João de Ver” – o qual foi enviado por e-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;
 - E-mail do secretariado de apoio aos órgãos dirigentes da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter comunicação do Presidente da ANAM no âmbito do apoio institucional daquela Associação à campanha de
-



sensibilização da Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Norte; -----

- Convite da Direção da Casa de Gaia, ao Presidente da Assembleia Municipal, para o Sarau de Natal realizado por aquela associação no dia 18 de dezembro de 2022;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a remeter, para os devidos efeitos, fotocópia da moção “Solidariedade com as mulheres vítimas de violências”, aprovada por esta Assembleia Municipal na sessão de 30 de novembro de 2022; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, para os devidos efeitos, fotocópia da moção “Eliminação das portagens na A29 e A25”, aprovada por esta Assembleia Municipal na sessão de 30 de novembro de 2022, às seguintes entidades: -----
 - O Primeiro-Ministro, -----
 - Líderes dos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CH, IL, PCP, BE e deputados únicos do PAN e LIVRE; -----
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Jorge F. Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que o mesmo não teve possibilidade de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2022, por motivos pessoais, pelo que solicita a justificação da respetiva falta; -----
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Jorge F. Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que o mesmo não teve possibilidade de estar presente na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 7 de dezembro de 2022, por motivos pessoais, pelo que solicita a justificação da respetiva falta; -----
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Daniela Ferreira da Silva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que a mesma não teve possibilidade de estar presente na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 7 de dezembro de 2022, por motivos pessoais,



- pelo que solicita a justificação da respetiva falta;-----
- Ofício da Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do processo de criação da Freguesia de São Miguel de Souto e da Freguesia de Mosteirô, por desagregação da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, e a informar que a respetiva missiva, atendendo ao seu teor, foi encaminhada aos Deputados da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local; -----
 - Convite da Junta de Freguesia de Fornos, ao Presidente da Assembleia Municipal, para o Concerto de Boas Festas realizado no dia 30 de dezembro de 2022; -----
 - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 21 de novembro e de 5 de dezembro de 2022; -----
 - Comunicação do Presidente do Núcleo Regional do Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro, ao Presidente da Assembleia Municipal, a alertar para a necessidade urgente de colocar a oncologia como uma das prioridades do Serviço Nacional de Saúde, assim como a remeter Boletim Informativo daquele Núcleo Regional; -----
 - E-mail da munícipe Lúcia Gomes, ao Presidente da Assembleia Municipal, a apresentar algumas observações relativamente à informação digital da Assembleia Municipal que é prestada no site do Município de Santa Maria da Feira, assim como para colocar algumas questões sobre o funcionamento deste órgão autárquico; -----
 - Convite da Direção da Casa de Gaia, ao Presidente da Assembleia Municipal, para o Concerto de Natal realizado por aquela coletividade no dia 23 de dezembro de 2022; -----
 - E-mail da estudante universitária Ana Azevedo – em representação de



mais três estudantes da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, ao Presidente da Assembleia Municipal, dando a conhecer projeto que estão a desenvolver na unidade curricular de Gestão das Organizações e Finalidade Social, em que pretendem implementar uma horta comunitária no bairro social de Souto – Pousada, solicitando colaboração nesse sentido;-----

- Convite da Presidente do Conselho de Administração da Cincork – Centro de Formação Profissional da Indústria de Cortiça, ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na conferência “Pessoas: Qualificações, competências e emprego num novo contexto industrial”, no âmbito da comemoração do 38.º aniversário da Cincork, anexando o programa da conferência; -----
- E-mail do Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção da moção “Eliminação das portagens na A29 e A25”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 30 de novembro de 2022;-----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 19 de dezembro de 2022; -----
- E-mail do Secretário-geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter convite para uma reunião com todas as Assembleias Municipais do distrito de Aveiro, que se realizou no dia 27 de janeiro de 2023, no âmbito do programa “ANAM em Diálogo”, assim como para o jantar de trabalho que se seguiu – convite este que foi respondido, informando da impossibilidade do Sr. Presidente da Assembleia em estar presente no evento em referência, em virtude de compromissos anteriormente assumidos;-----



- E-mail, por instrução do Diretor Artístico da Seiva Trupe – Teatro Vivo CRL, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo texto sobre o Concurso da DGArtes/Ministério da Cultura e os seus pontos de vista sobre o mesmo, deixando também o link da petição que a sociedade civil criou em defesa da Seiva Trupe, que foi encerrada após um mês de ter sido iniciada; -----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 3 de janeiro de 2023; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Tiago Paiva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter requerimento subordinado ao assunto “Condições degradantes na Escola Básica de Espargo” – o qual foi enviado por e-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;
- E-mail da munícipe Lúcia Gomes, ao Presidente da Assembleia Municipal, insistindo na colocação de algumas questões sobre o funcionamento desta Assembleia Municipal e requerendo os respetivos esclarecimentos; -----
- E-mail, por instrução do Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter convocatória para uma reunião do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, a realizar no dia 10 de fevereiro de 2023; -----
- Ofício da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Santa Maria da Feira, ao Presidente da Assembleia Municipal, solicitando que esta Assembleia designe alguém de entre cidadãos eleitores para substituir a cidadã Maria Petiz, que havia sido designada para aquela Comissão por esta Assembleia, por a mesma



- terminar o seu mandato no dia 14 de fevereiro de 2023;-----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 16 de janeiro de 2023;-----
 - E-mail, por instrução do Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar do adiamento da reunião do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira que estava prevista realizar no dia 10 de fevereiro de 2023, para o dia 10 de março de 2023;
 - Ofício da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Santa Maria da Feira, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, o Relatório de Atividades de 2022 daquela Comissão; -----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, a convocá-los para a sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 17 de fevereiro de 2023, bem como informando a respetiva Ordem do Dia; -----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a informá-lo, bem como à Exma. Câmara, da realização de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal no dia 17 de fevereiro de 2023, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
 - E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, a convocá-los para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no dia 13 de fevereiro de 2023; -----
 - Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente na
-



-
- sessão ordinária da Assembleia Municipal de 17 de fevereiro de 2023;---
- E-mail do vereador em regime de não permanência da Câmara Municipal – Sérgio Cirino, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 17 de fevereiro de 2023, pelo que solicita a sua substituição na mesma pelo vereador suplente – Pedro Vieira; -----
 - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Maria de Fátima Oliveira, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que a mesma não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 17 de fevereiro de 2023, pelo que solicita a sua substituição; -----
 - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Eva Lúcia Costa, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que a mesma não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 17 de fevereiro de 2023, por motivos pessoais, pelo que solicita a sua substituição; -----
 - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Nuno Joel Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de Romariz, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que o mesmo se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 17 de fevereiro de 2023, pela Tesoureira daquela Junta de Freguesia – Sara Elisabete Gomes Portal; -----
 - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 30 de janeiro de 2023; -----
 - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Manuel Oliveira de Almeida, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que o mesmo não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia
-



Municipal de 17 de fevereiro de 2023, pelo que solicita a sua substituição; -----

- E-mail do membro deste Órgão – Jorge F. Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 17 de fevereiro de 2023, por motivos pessoais, pelo que solicita a sua substituição; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Manuel Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 17 de fevereiro de 2023, pela Vogal daquela Junta de Freguesia – Raquel Marisa Soares Guimarães Gomes, bem como a remeter o respetivo documento de delegação de representação.” -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 10 documentos para serem apreciados – 3 votos de pesar e 1 moção do PSD; 1 recomendação do PS; 1 moção e 1 recomendação do BE; 1 recomendação do CDS-PP; 1 voto de solidariedade do CH e 1 voto de saudação da CDU – os quais, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. De seguida, passou a ler os 3 votos de pesar, que, seguidamente, se transcrevem: -----

“O Grupo Municipal do PSD, propõe um voto de pesar, por todas as vítimas do sismo do passado dia 6 de fevereiro na Turquia e na Síria, o qual, segundo as últimas estimativas terá vitimado mais de quarenta mil pessoas. O sismo que devastou estes dois países atingiu 7.8 na escala de Richter, lançando na madrugada de dia 6 de fevereiro a devastação total no sudeste da Turquia e noroeste da Síria. Equipas de busca e salvamento de todo o mundo acorreram quase de imediato ao local, num enorme gesto de



apoio e solidariedade, esquecendo por vezes o que os separa, agarrando-se ao humanismo que a todos nos une, para tentar resgatar o maior número de vítimas possível. Portugal, também enviou um contingente com mais de cinquenta elementos altamente especializados para atuar neste tipo de teatro de operações sob a coordenação da Autoridade Nacional de Proteção Civil, o qual já se encontra em solo turco a salvar vidas.-----

Segundo a Organização Mundial de Saúde, estima-se que os sismos terão um impacto negativo direto em dezenas de milhões de pessoas na Turquia e Síria, o que no segundo caso, fruto da devastação provocada por anos de guerra civil ainda será sentido de forma mais agravada. Tal impacto é consequência da destruição provocada em todo o edificado habitacional e unidades hospitalares. -----

Pelo que, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----

- Aprovar o presente “Voto de Pesar”; -----
- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.” -----

“O Grupo Municipal do PSD, propõe um voto de pesar, pelo falecimento no passado dia 18 dezembro, aos 80 anos, do ilustre feirense, Dr. José Maria de Sá Correia, natural da freguesia de São João de Ver, concelho de Santa Maria da Feira. Licenciado em Economia pelo ISEG, José Maria de Sá Correia foi vice-Presidente da Câmara, vereador do Pelouro do Desenvolvimento Económico e Turismo e Presidente da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, entre 2005 e 2009, recebeu o grau de Comendador da Ordem de Mérito Industrial, pelas mãos do Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, e a Medalha de Mérito Municipal pela autarquia de Ovar, foi investigador do Instituto Nacional de Investigação, consultor da Reitoria da Universidade de Aveiro e auditor do Instituto de Defesa Nacional do Ministério da Defesa. Na Philips, exerceu funções como diretor geral, em Ovar, administrador delegado da Philips Portuguesa, presidente do Comité Industrial Ibérico Philips, e presidente da Worldwide



Components Philips, Fundador e administrador do Hotel Nova Cruz, foi ainda vice-Presidente da AEP – Associação Empresarial de Portugal, fundador e presidente do Conselho Fiscal da Real Companhia Seguros e do Conselho Fiscal TVTel, fundador e gerente da Philsystech e da Feiraconta, bem como sócio e administrador de várias empresas de investimento imobiliário e tesoureiro da Liga Portuguesa Contra o Cancro.-----

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:-----

- Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo seu falecimento;-----
- Manifestar à família e amigos enlutados, as mais sinceras condolências;--
- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.”-----

“O Grupo Municipal do PSD, propõe um voto de pesar, pelo falecimento no passado dia 18 dezembro, aos 37 anos, de Roberto da Silva Milheiro Leão, músico promissor, natural de Santa Maria da Feira, residente no Brasil, em São Paulo desde 2012, faleceu de forma súbita, horas antes de regressar à sua terra natal. Roberto Leão era aclamado por muitos nos dois lados do Atlântico. Cantor e poeta, atuou em várias salas de espetáculo ao lado de grandes músicos como Ivan Lins, Renato Braz e Thais Nicodemo. A paixão pela música levou-o a partir para o Brasil, onde chegou como admirador da música brasileira. Inquieto, irreverente e encantador, desde tenra idade por estar ao lado das pessoas certas, tinha talento para fazer o que queria com a essência do melhor canto português. Como escritor publicou em 2019, o livro de poesia “Em Branco”, exercia atualmente funções de diretor de Recursos Humanos na Deloitte, em S. Paulo, trabalho este que poucos conhecia. Em Portugal, atuou por 10 anos com o grupo Hepta. Roberto Leão pisou o palco do Cineteatro António Lamoso, pela última vez, em setembro de 2016, para a única apresentação de “Mar Aberto” em Portugal, juntamente com os músicos brasileiros Renato Braz, Breno Ruiz e Mário Gil.”-----



Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:-----

- Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo seu falecimento;-----
- Manifestar à família e amigos enlutados, as mais sinceras condolências;--
- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.”-----

De seguida, submetidos os votos de pesar a votação, verificaram-se os seguintes resultados:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD:28, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) aprovar o voto de pesar pelas vítimas do sismo na Turquia e na Síria, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

A Assembleia Municipal deliberou ainda, por maioria, com 48 votos a favor (PSD:28, PS:16, CDS-PP, IL, CH, IND) e 2 abstenções (BE, CDU), aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Maria de Sá Correia, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.

A Assembleia Municipal deliberou também, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD:28, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Roberto da Silva Milheiro Leão, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

Posto isto, e em cumprimento das deliberações tomadas, foi feito um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do sismo na Turquia e na Síria, ao Dr. Sá Correia e ao Roberto Leão.-----

Prosseguindo os trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra aos proponentes dos restantes documentos em apreço neste Período de Antes da Ordem do Dia, para fazerem a apresentação dos mesmos.-----



Entraram os membros Fernando Sousa Pinho e José Carlos Silva. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD), que apresentou e explanou a
moção que, seguidamente, se transcreve: -----

“MODERNIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA LIGAÇÃO FERROVIÁRIA AO CENTRO DA ÁREA
METROPOLITANA DO PORTO DE MANEIRA EFICAZ, EFICIENTE E SUSTENTÁVEL -----

A temática da Mobilidade e Transportes assume-se, indubitavelmente,
como um dos fatores-chave para a competitividade e coesão dos territórios.
O desenvolvimento económico, a criação de emprego, a coesão social e
territorial resultam, em grande medida, da capacidade advinda de um
ajustado e planeado investimento infraestrutural dos territórios. -----

A Linha do Vale do Vouga, que chegou a assegurar a ligação da Linha do
Norte, em Espinho, à Linha do Dão, em Viseu, tem atualmente em
exploração 97 km em dois ramais distintos: um torço compreendido entre
Aveiro e Águeda e outro entre Espinho / Santa Maria da Feira / São João
da Madeira / Oliveira de Azeméis e Albergaria-a-Velha. -----

É certo que um impensado e sucessivo desinvestimento nesta Linha
redundou numa acentuada deterioração das condições do serviço prestado
às populações. -----

No entanto, a Linha do Vale do Vouga conserva todo um potencial que
importa saber capitalizar em nome do desenvolvimento estratégico dos
municípios de Espinho, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e
Oliveira de Azeméis, bem como de uma dinâmica de mobilidade sustentável
necessária para toda a Área Metropolitana do Porto. -----

A reabilitação e modernização da Linha do Vale do Vouga é anseio antigo e
legítimo de uma população com mais de 300 mil habitantes dos municípios
por ela servidos, já que, ainda que desperdiçado, continua a ser um
recurso estruturante de um dos mais importantes eixos urbanos do país. --

O estado de abandono conferido à Linha do Vale do Vouga representa um
não reconhecimento da importância dos municípios a sul do Douro, região



que desempenha uma função verdadeira e altamente catalisadora do tecido económico do país, por força da sua matriz fortemente industrializada e da vocação eminentemente exportadora das suas empresas. -----

Reabilitar, modernizar e valorizar a Linha do Vale do Vouga é um imperativo estratégico que se coloca à região e ao país. -----

Nos dias de hoje, não dispõem os municípios de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Santa Maria da Feira de uma eficaz, eficiente e sustentável ligação ferroviária ao Centro da Área Metropolitana do Porto. ---

Pelo exposto, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira que: -----

- Delibere a presente moção que recomenda ao Governo a Modernização e requalificação da ligação ferroviária ao Centro da Área Metropolitana do Porto de maneira eficaz, eficiente e sustentável.” -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO – ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA -----

A crise económica e social que se abateu no país como consequência da pandemia de Covid-19, é agora agravada pela crise inflacionária. Muitas das famílias cujos membros do agregado familiar perderam o emprego ou uma parte substancial do rendimento, e que ainda não conseguiram uma efetiva recuperação, vêm-se agora confrontados com um aumento inoportável do custo de vida. -----

Com o fim das moratórias e a instabilidade gerada pela precariedade, que continua a ser utilizada, é importante que o papel das autarquias seja cada vez mais ativo na defesa dos seus munícipes atuando como linha da frente nas respostas sociais que são da sua competência. -----

A situação de carência económica em que muitas famílias se encontram resultou numa dificuldade enorme em cumprir o pagamento das despesas fixas, entre elas a fatura de água, fatura essa que continua a aumentar



com resultado de um contrato de concessão à Indaqua que em nada serve os interesses dos feirenses. -----

De acordo com o atual presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, só daqui a 9 anos é que talvez seja possível repensar os moldes da concessão, permitindo que um bem essencial seja matéria-prima para o lucro de poucos, e à custa de todos. -----

Ora, esta política de conivência e a sistemática recusa da aplicação automática da Tarifa Social da Água, está a fazer com que os feirenses não vislumbrem tão cedo um acesso digno e justo a um bem essencial. -----

A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. -----

Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido. -----

No entanto, está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia. -----

A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR), já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente, serem



beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10. -----

O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. -----

Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

No município de Santa Maria da Feira, a automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar quase 10 mil agregados familiares, segundo dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia no concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2023, delibera: -----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.” -----

“RECOMENDAÇÃO – PELA HABITAÇÃO E PELA PROMOÇÃO DE ARRENDAMENTO PÚBLICO



A CUSTOS CONTROLADOS-----

O preço da habitação, para compra ou arrendamento, subiu drasticamente na generalidade do país e Santa Maria da Feira não foge à regra. Portugal é uma exceção na Europa já que é dos poucos países praticamente sem oferta pública de habitação, com apenas 2% de habitação pública e praticamente toda destinada ao segmento de arrendamento social (em comparação com países como a Áustria (24% do total), Dinamarca (21%), ou a Holanda (29%)). O arrendamento público para a classe média a custos controlados é virtualmente inexistente e como tal também não faz qualquer intervenção no arrefecimento do mercado imobiliário. Portugal é ainda dos poucos países da Europa sem mecanismos de controlo dos preços de renda.-----

A realidade do aumento proibitivo dos preços e da dificuldade no acesso à habitação é, aliás, reconhecida pelo Presidente da Autarquia, quando define a habitação como um dos grandes desafios para o presente mandato.-----

Em Santa Maria da Feira, a Estratégia Local de Habitação encontra-se desfasada da atualidade, quer em termos das necessidades, quer em termos das previsões orçamentais necessárias para combater o problema do acesso à habitação no nosso município. Em função deste desfasamento, é expetável que a implementação do 1.º Direito (para além de lento) não surta os efeitos potenciados, pelo que urge que o Município dê sinais claros de intervenção governativa no parque habitacional feirense. Para tal, é necessário introduzir um conjunto de normas para garantir o direito à habitação e que as mesmas possam ser incluídas e implementadas no âmbito da Estratégia Local de Habitação. É nesse contexto que o Bloco de Esquerda apresenta a presente proposta.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2023, recomenda à Câmara Municipal:-----



1. Que reveja e Estratégia Local de Habitação, quer ao nível da caracterização da realidade da habitação no Município, quer ao nível das intervenções programadas. -----
2. Que o património municipal habitacional, edificado ou terrenos, por princípio não seja vendido, e que em vez disso, seja inserido em programas de arrendamento a custos controlados. -----
3. Que proceda à criação de uma bolsa de imóveis públicos para a implementação de habitação a custos controlados. -----
4. Que proceda à criação de programas de reabilitação pública do edificado degradado ou em ruínas, com a sua integração numa bolsa de arrendamento e ressarcimento do investimento público.-----
5. Que estabeleça que as novas grandes construções tenham um mínimo de 25% de habitação destinada a renda a custos controlados.”-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----

“CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO À ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA -----

O Município de Santa Maria da Feira tem necessidade de construir ou reabilitar milhares de fogos habitacionais.-----

O extraordinário crescimento económico registado nos últimos anos no território de Santa Maria da Feira tem criado alguns constrangimentos no que à Habitação diz respeito, tendo, atualmente, uma elevada procura que a oferta habitacional do concelho não acompanha. -----

Como diz o Sr. Presidente Emidio Sousa – “a autarquia define como sua missão principal garantir o direito de todos a uma habitação condigna, assumindo a qualidade da habitação como elemento central da coesão social e territorial e da atratividade do município”.-----

O CDS-PP vê com bons olhos a criação de habitação a custos controlados, e assim fixar os nossos jovens nas freguesias do concelho, habitação com



rendas acessíveis para pessoas de baixos rendimentos. -----

No seguimento da Estratégia Local de Habitação para o Município de Santa Maria da Feira, o CDS-PP vê como pertinente a criação de uma comissão de acompanhamento, como previsto no Capítulo IV, os Artigos 47.º, 48.º e 49.º, do Regimento da Assembleia Municipal, no sentido de acompanhar a execução desse Projeto. -----

Ao abrigo do disposto n.º 1 e alínea b) do n.º 2 ambos do art.º 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o deputado municipal do CDS-PP de Santa Maria da Feira, propõe à Assembleia Municipal de 17-02-2023 que delibere: -----

1 - A criação de uma comissão de acompanhamento da Assembleia Municipal, composta por um elemento de cada partido com assento nesta Assembleia, e presidida pelo partido mais votado.-----

2 - Com o objetivo de acompanhar a implantação da Estratégia Local de Habitação para o Município de Santa Maria da Feira.” -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU), que apresentou e explanou o voto de saudação que, seguidamente, se transcreve: -----

“DIA INTERNACIONAL DA MULHER -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 17 de fevereiro, saúda as mulheres portuguesas e as mulheres feirenses, num momento próximo do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, data que celebra a luta perseverante, ao longo dos tempos, das mulheres de todo o mundo pelo direito à igualdade, sem discriminações. -----

Este caminho para a supressão de todo e qualquer obstáculo que, direta ou indiretamente, pudesse constituir uma discriminação em relação às mulheres, em qualquer aspeto da vida, aconteceu há cerca de 49 anos, com a Revolução de Abril. Mas, a legislação produzida, ao longo deste tempo, embora consagre os direitos das mulheres, não tem sido suficiente para alterar paradigmas sociais e culturais e impedir que, ainda hoje, nos



confrontemos com situações de grande desigualdade e injustiça. -----

As mulheres portuguesas continuam a trabalhar muito e a receber pouco, têm elevadas qualificações e são discriminadas nas retribuições, cuidam das crianças e dos idosos e, por isso, são prejudicadas nos direitos laborais e valorização profissional, são empurradas para a pobreza com a precariedade e com os baixos salários, prestações sociais e pensões de reforma baixíssimas, enfrentam, com cada vez mais dificuldades, o aumento do custo de vida, a subida de preços de serviços essenciais, de produtos alimentares, da energia, da habitação, das comunicações e transportes, que afetam a sociedade portuguesa, neste momento, com um impacto muito relevante na vida das famílias e particularmente das mulheres. -----

Há que lembrar ainda o recrudescimento das violências: da doméstica ao namoro (no passado dia 14 de fevereiro, a PSP informa que as queixas por violência no namoro subiram 10% em 5 anos). -----

Há que lembrar também outras violências, como o tráfico de mulheres, a prostituição, a mutilação genital feminina, os casamentos precoces de meninas, o stalking, ou perseguição obsessiva, a violência sexual, o assédio moral e sexual no local de trabalho, a violência sobre as mulheres e crianças em cenários de guerra, o aliciamento e rapto de mulheres para o negócio de “barrigas de aluguer”, para a produção e comercialização de leite materno, para a venda de órgãos e de cabelo, o cyberbullying (na União Europeia, uma em cada dez mulheres afirma ter sido vítima de cyberbullying, desde os 15 anos).-----

Há ainda que constatar que tais atropelos à integridade e dignidade das mulheres produzem consequências devastadoras na sua vida e saúde. As Nações Unidas consideram que a violência é uma causa tão grave de morte e incapacidade, entre as mulheres em idade reprodutiva, como, no seu conjunto, o cancro, outros problemas de saúde, acidentes de trânsito e malária. -----



Nestas circunstâncias, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira não pode deixar de manifestar a sua solidariedade para com todas as mulheres, chamando a atenção, dos poderes políticos e da sociedade em geral, de que a promoção da igualdade na vida, do pessoal ao social, da valorização da criatividade e das competências das mulheres são um fator essencial para o cumprimento pleno de direitos humanos universais, de desenvolvimento do país e do concelho, de construção de uma democracia plena. -----

Nota – Caso seja aprovada, deverá ser enviado para o Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e Primeiro-Ministro. Deverá ainda ser publicada nos jornais concelhios.”-----

Intervio a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve:-----

“TRANSMISSÃO ON-LINE DAS REUNIÕES PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE S. M. FEIRA -----

Reconhecendo que o poder local constitui a principal conquista da Democracia e de que é cada vez mais importante e valorizada a participação e acompanhamento dos assuntos municipais por parte dos cidadãos, importa, que os responsáveis políticos eleitos desenvolvam os esforços necessários para que a tão apregoada aproximação entre eleitos e eleitores se efetive nas diversas medidas e políticas desenvolvidas em prol dos interesses dos cidadãos. -----

A Pandemia Covid-19, trouxe como consequência uma grave crise sanitária, económica e social, mas, também foi capaz de alertar para a importância dos procedimentos sustentados nas novas tecnologias e dos desafios da modernização administrativa nos serviços públicos. -----

Os órgãos do poder local comprovaram a sua importância como peça fundamental na rede de respostas aos cidadãos nas mais diversas áreas e preocuparam-se em manter o contato com os cidadãos, usando



ferramentas como as novas tecnologias que permitiram manter atividades de extrema relevância ao serviço dos cidadãos como sejam a realização e a divulgação da atividade dos órgãos eleitos, designadamente as reuniões de câmara municipal, assembleia municipal, juntas de freguesia e assembleias de freguesia. -----

Estas sessões, na sua maioria, obrigatoriamente públicas, desenvolvem uma atividade pública na prossecução do interesse coletivo, pelo que os municípios devem ter ao seu dispor mecanismos que lhes permitam acompanhar essa atividade, nomeadamente através do recurso à difusão multimédia, encarada numa perspetiva de modernização administrativa. ---

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2023, recomenda ao executivo que:--

1) As reuniões ordinárias públicas da Câmara Municipal sejam emitidas on-line e colocadas em alojamento online no site do Município.” -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH), que apresentou e explanou o voto de solidariedade que, seguidamente, se transcreve:-----

“VOTO DE SOLIDARIEDADE PARA COM A CLASSE DOS PROFESSORES” -----

A 24 de janeiro comemora-se, anualmente, o Dia Internacional da Educação. Este dia foi criado através da Resolução 73/25 da Assembleia Geral da ONU, a 3 de dezembro de 2018. -----

O seu objetivo é sensibilizar a sociedade civil para que se cumpra o direito à educação, consagrado no artigo 26.º da «Declaração Universal dos Direitos Humanos» e na «Convenção sobre os Direitos da Criança».-----

Por outro lado, procura-se sublinhar o papel da educação enquanto meio para quebrar ciclos de pobreza e para o desenvolvimento social. -----

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, reconheceu que a educação é um pilar essencial para os seus objetivos, em particular, o Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável que assume o compromisso de garantir oportunidades educativas inclusivas e de qualidade, bem como



de aprendizagem ao longo da vida. -----

Em 2023, o tema é, investir nas pessoas, priorizar a educação. -----

Na sequência da Cimeira da ONU para Transformar a Educação, decidiu-se que a educação deve ser priorizada para acelerar o progresso em direção a todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no contexto de uma recessão global. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 17 de fevereiro de 2023, partilha esta solidariedade para com os professores e delibera: -----

- Aprovar um voto do mais sentido e genuíno aos professores pois sem eles hoje não nos seria possível estar presentes nesta assembleia; -----
- Expressar a todos os professores que estamos solidários com as greves realizadas até á presente data; -----
- Manifestar o reconhecimento a todos os professores que no dia a dia continuam a lecionar aos nossos filhos, pois estando cientes da precariedade da profissão e carreira profissional não abandonam os nossos jovens; -----
- E porque reconhecemos que a educação é a força motriz da nossa sociedade.”-----

Feita a apresentação dos documentos, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os mesmos a discussão e, após feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Tiago Paiva. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Relativamente às propostas que foram apresentadas neste Período de Antes da Ordem do Dia, vou começar pela proposta do PSD sobre a modernização e requalificação da ligação ferroviária ao centro da Área Metropolitana do Porto de maneira eficaz, eficiente e sustentável. Tive a



oportunidade de falar deste tema com o senhor deputado João Cunha, e a verdade é que a forma como a proposta está redigida, parece-nos que cinge esta modernização e esta requalificação aos troços identificados nos municípios elencados na proposta e que privilegia a ligação à Linha do Norte junto da Área Metropolitana do Porto, quando a posição do Bloco de Esquerda é que a linha deve ser integralmente requalificada, podendo até promover a ligação à Linha do Norte, tanto junto à Área Metropolitana do Porto como também em Aveiro. -----

Nesse sentido, vamos votar com o voto de abstenção, mas concordando com a requalificação da linha, mas na sua componente integral e não só naquela que nos parece ser a visão que é vinculada na proposta apresentada pelo PSD.-----

Relativamente à recomendação do CDS-PP sobre a criação da comissão de acompanhamento para a implementação da Estratégia Local de Habitação, votaremos favoravelmente.-----

Também votaremos favoravelmente a recomendação do Partido Socialista. -
Relativamente ao voto de saudação da CDU, é um voto que, na sua redação, tem alguns pontos em comum com o voto que foi apresentado por altura do 25 de novembro na Assembleia Municipal e, já nessa altura, manifestámos a nossa discordância com a apresentação da prostituição como violência. Para o Bloco de Esquerda a prostituição representa trabalho sexual e deverá ser regulado dessa forma, até porque seria a única forma de promover a desmarginalização e até de combater os problemas de saúde e sociais que estão associados a essa realidade. E, portanto, votaremos favoravelmente, mas com esta nota de que não nos revemos no enquadramento que é dado pela proposta da CDU à realidade da prostituição. -----

Relativamente ao voto de solidariedade do Chega para com a luta dos professores, esta proposta do senhor deputado Miguel Branco causa-me estranheza. E é um documento que, de uma forma algo parca, enaltece a



luta dos professores por mais condições de trabalho e pela defesa de uma descrição que nos parece ser a escola pública. E causa-me estranheza por ser uma proposta associada ao Chega que, no seu programa político de 2019, defendia princípios como a privatização da Educação e dos estabelecimentos de ensino, a redução dos direitos sindicais e do direito à greve, e até o aumento da jornada laboral de todos os funcionários públicos para 40 horas semanais. Seria interessante saber, e deixo aqui algumas perguntas, como se enaltece a educação pública quando se defende a sua privatização? Como se pode ser solidário com as reivindicações dos professores quando se defende um aumento da jornada laboral para 40 horas semanais? E, já agora, se é com ironia que se enaltece uma greve quando se defende a limitação do direito à greve? São algumas dúvidas que eu tenho, e que são grandes contradições que, na perspetiva do Bloco de Esquerda, me parecem insanáveis, que só se entendem à luz de um populismo oportunista que é característica desta posição do Chega e que faz uso da luta e do sofrimento dos professores para navegar na onda da opinião pública. Não queria deixar de dizer que o Bloco de Esquerda enaltece e saúda a luta dos professores na defesa dos seus direitos laborais e na defesa da escola pública.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que começou por dizer, sobre o voto de solidariedade proposto pelo Chega para com a classe dos professores, que a CDU está solidária com a luta da classe trabalhadora, que está solidária com a luta dos professores, dos trabalhadores da Função Pública, da Administração Local, dos reformados, dos pensionistas, bem como com todos os trabalhadores da indústria e dos serviços. Referiu que a CDU saúda a luta que os professores têm empreendido, materializada em inúmeras greves e manifestações, acrescentando que a “praça da indignação” organizada pela CGTP em frente à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a greve das trabalhadoras da empresa Huber Tricot,



realizadas no passado dia 9 de fevereiro, lhe merecem uma saudação especial. Referiu que, no entanto, e porque o voto proposto pelo Chega não elencou estas lutas, se iria abster. -----

Relativamente à moção do BE para a atribuição automática da tarifa social da água, disse que, por esta proposta omitir a questão essencial que tem a ver com o processo de privatização e com a gestão da Indaqua, a CDU recomenda à Câmara que diligencie junto da Indaqua para que esta assuma as suas responsabilidades, participando nos encargos que o Município iria ter caso esta proposta fosse aprovada. Informou que vota favoravelmente esta moção, face aos benefícios que a mesma traria à população. -----

Em relação à moção do PSD sobre a rede ferroviária, disse que a requalificação da Linha do Vouga sempre foi uma prioridade para a CDU e que ficou surpresa com o despertar do PSD para os problemas de mobilidade no concelho de Santa Maria da Feira. Referiu que esta pode ser uma oportunidade aproveitada para se efetivar uma rede pública de transportes rodoviários eficaz, eficiente e sustentável. -----

Concluindo a sua intervenção, aludiu à recomendação do BE relacionada com a habitação, para salientar que a CDU concorda, no geral, com ela, mas que não concorda com a redação do último ponto da mesma, pelo que, por essa razão, se iria abster. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que, a propósito da moção apresentada pelo PSD relativamente à Linha do Vouga, leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“A Iniciativa Liberal é, obviamente, a favor da integração da Linha do Vouga no sistema de transportes da AMP, mas estranhamos esta moção do PSD, em particular. -----

- Estranhamos que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tenha



tido um papel passivo em todo este processo, e o PSD venha agora, de forma extemporânea tentar mascarar essa omissão.-----

- Surpreende-nos também que a moção não passe de uma posição genérica de recomendação, não apresentando qualquer proposta concreta de solução. -----

- O que é uma ligação ferroviária, eficaz, eficiente e sustentável? -----
- Metro de superfície?-----
- Ligação ferroviária? -----
- Onde?-----
- Com que investimento e financiamento? -----

Como já tivemos oportunidade de dizer publicamente, em nossa opinião, o Plano Nacional Ferroviário vem tentar recuperar o tempo perdido, mas, de forma muito pouco ajustada às nossas necessidades. -----

Prevendo-se a manutenção da bitola ibérica, a Linha do Vouga irá continuar a funcionar de forma separada da restante rede ferroviária. Isto irá sempre obrigar os utentes a ter de mudar de comboio/linha sempre que se queiram deslocar, por exemplo, para a Linha do Norte, sendo de exigir a efetiva integração no sistema Andante e a ligação, em Espinho, a uma articulação com a Linha do Norte. Sobre isto a Moção não se pronuncia. ---
Devemos também exigir a eletrificação da linha e a realocação de algumas estações, de forma a servir melhor a população e a economia do concelho e da região. Sobre isto a moção não se pronuncia. -----

Defendemos a ligação de Santa Maria da Feira ao metro de superfície em Vila Nova de Gaia. Estando o metro a chegar a Vila d'Este, julgamos fundamental e urgente garantir uma ligação do Entre Douro e Vouga ao Metro do Porto através de sistema de ferrovia ligeira. Sobre isto a moção não se pronuncia. -----

Esperemos que a Câmara e o PSD não deixe de defender a Linha do Vouga, mas que se empenhe mais e que seja mais ativa, clara e incisiva destes interesses. -----



Neste sentido, iremos votar a favor, mas solicitamos que esta declaração de voto fique em ata.”-----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que, sobre o voto de solidariedade para com a classe dos professores elencado pelo membro Tiago Paiva, disse que, efetivamente, em 2009 se pensava uma coisa, mas que, em 2023, se pensa outra, comentando que toda a gente evolui e o partido CHEGA também.-----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) a qual, referindo-se à moção do PSD relativa à Linha do Vouga, disse que se o PS agisse da forma como o PSD costuma agir, diria que o assunto está em estudo ou em fase de planeamento e que, por isso, votava contra por não ser oportuno. Referiu que, não agindo assim, o PS leu a moção com muito cuidado, até porque o assunto em questão é muito importante para a região onde se insere Santa Maria da Feira. -----

Disse que, no âmbito desta matéria, até encontrou uma notícia de 2011 que dizia que o Governo ia encerrar 622 km de linha ferroviária, no que se incluía a Linha do Vouga, acrescentando que, agora, felizmente existe o Plano Ferroviário Nacional, datado de 15 de novembro de 2022, o qual assume, na página 60, a manutenção da Linha do Vouga, num investimento com mais de 100 milhões de euros, devendo assegurar uma articulação, o mais perfeita possível, com a Linha do Norte.-----

Reforçou que, tendo em conta a importância da moção, sugeria ao PSD, como proponente da mesma, e para que o PS a possa votar favoravelmente, que, na parte final da moção, onde diz que a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira “delibere a presente moção que recomenda ao Governo...”, passe a dizer “delibere a presente moção que recomenda ao Governo e que a envie ao Governo e à Área Metropolitana do Porto...”, ressaltando que esta menção é muito importante. -----



Referiu que está a decorrer, até ao dia 28 do corrente mês de fevereiro, a consulta pública do Plano Ferroviário Nacional, existindo um e-mail próprio para apresentar sugestões, seja por cidadãos ou instituições, pelo que também sugere que esta moção seja enviada para esse endereço de e-mail para integrar o procedimento de consulta pública. -----

Disse que, como último ponto, e tendo em conta o interesse e o impacto que a moção deve ter, que se deve colocar reivindicar a construção de uma gare intermodal no cruzamento com a linha de alta velocidade. Salientou que, apesar de não ser técnica, considera que esta pretensão é defensável, pelo que sugere a sua inclusão, acrescentando que, com a inclusão das sugestões que fez, o grupo municipal do PS pode acompanhar a moção. ----

De seguida, a respeito do voto de solidariedade para com os professores apresentado pelo CH, disse que o grupo municipal do PS tinha dois caminhos, um deles era ignorar todo o contexto nacional, presente e passado, ignorando todas as carreiras da Administração Pública, não interpretando qualquer pretensão camuflada neste voto, nem qualquer populismo ou eleitoralismo, e, assim, estando o grupo municipal do PS solidário com os professores, votaria a favor, dado o título mencionar a solidariedade com os professores. Referiu que o outro caminho era analisar melhor este voto, vendo a questão dos direitos das crianças, dos direitos humanos, da escola pública, do direito à gratuitidade dos manuais escolares, da inclusão de todos sem exceção da sua condição, raça ou cor, assim como do direito à greve. Fez notar que as greves são um direito regulado, conquistado, pelo que não há que ter solidariedade com as greves, dado que são um direito de todos. Disse considerar, assim, que este voto de solidariedade está, de certa forma, revestido de alguma hipocrisia na forma como é apresentado, acrescentando que o PS não tem qualquer indecisão nesta matéria, face à linha sempre seguida de solidariedade para com os professores, não aceitando esta hipocrisia para com este movimento e para com a escola pública. Concluindo a sua intervenção,



informou que o grupo municipal do PS vota contra o voto de solidariedade apresentado pelo Chega. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que, começando por aludir à moção apresentada pelo BE sobre a tarifa social da água, disse que ninguém pode retirar o valor ao membro Tiago Paiva pela insistência, por repetir até à exaustão esta moção nas sessões da Assembleia, e assim sendo o grupo municipal do PSD também não se vai cansar de dizer que a divisão social da Câmara faz o seu trabalho e que entende não ser necessário aprovar o que é proposto, mantendo a posição de votar contra a moção.-----

Sobre a moção apresentada pelo PSD sobre a ferrovia disse, a propósito das sugestões feitas pela Susana Correia, que o grupo municipal do PSD está disponível para aceitar que a moção seja enviada à Área Metropolitana do Porto. Disse achar um pouco estranha a referência de que, com o PSD, são só estudos, e não se passa à ação, comentando, acerca disso, que a piada faz-se por si própria porque mais de metade dos últimos 20 anos são de governos do Partido Socialista.-----

Em relação ao proferido pelo João Vidal sobre esta mesma moção, recordou que, em 2018, o PSD já tinha falado deste assunto e apresentado na Assembleia Municipal uma moção sobre a ferrovia, recomendando que se faça o trabalho de casa.-----

Relativamente à recomendação do BE sobre a habitação, disse que a Câmara está a atualizar todos os dados relativamente à Estratégia Local de Habitação. Referiu que o número de fogos necessários não é aquele que foi inicialmente previsto, pois as necessidades de habitação não são as mesmas, até porque há toda uma realidade que está a mudar muito rapidamente, dando nota que a Câmara apresentará, em breve, essa atualização. Salientou ainda que, das medidas que constam da recomendação, a maior parte já está acautelada pela Câmara, razão pela qual o grupo municipal do PSD vota contra esta recomendação.-----



Sobre a recomendação do CDS-PP para a criação de uma comissão de acompanhamento à Estratégia Local de Habitação, referiu que o grupo municipal do PSD já disse várias vezes que, em vez de se criar uma comissão que não vai fazer nada, tem é de se arregaçar as mangas e fazer o trabalho, comentando que é isso que a Câmara gosta de fazer.-----

Sobre a recomendação do PS para a transmissão on-line das reuniões públicas da Câmara, comentou que a Câmara de Vila Nova de Gaia, por exemplo, deixou de transmitir as reuniões on-line. Referiu que, com isto, não está a dizer que é certo ou errado realizar a transmissão, realçando que esta Assembleia Municipal, sendo um órgão deliberativo e não executivo, está a fazer a transmissão on-line das sessões, mas que a Câmara Municipal, por uma questão de segurança jurídica e face ao que é discutido nas reuniões, entende não o fazer. Salientou que as reuniões da Câmara são públicas e que as pessoas podem assistir às mesmas, mas que isso é muito diferente daquilo que é transmitir on-line, em que pode haver uma utilização diversa das gravações, acrescentando que a CCDR tem dois pareceres a este respeito e que um deles chama a atenção para a cautela e o muito cuidado que é preciso ter com a utilização dos dados.-----

Disse já ter havido um problema deste género, dando nota que um partido político já usou imagens do Presidente da Câmara, a falar numa sessão desta Assembleia Municipal, para fazer chacota política, reforçando que esta é uma questão que ainda não está regulamentada, pelo que o grupo municipal do PSD, por uma questão de segurança jurídica e por entender que a recomendação não faz, neste momento, qualquer sentido, vai votar contra.-----

Sobre o voto de saudação proposto pela CDU, no âmbito do Dia Internacional da Mulher, referiu que o PSD está sempre do lado das mulheres e de tudo o que seja para a defesa da igualdade, pelo que vota favoravelmente.-----

Quanto ao voto de solidariedade do CH para com a classe dos professores,



disse parecer-lhe que existe algum oportunismo político e que este voto vai a reboque das greves que se têm realizado, organizadas pelo S.TO.P e pela FENPROF. Disse que, apesar de estar completamente solidário com os professores, o PSD analisa a questão num quadro geral, isto é, englobando os professores, os alunos, os assistentes operacionais, ou seja, todo um sistema educativo. Concluindo a sua intervenção disse que o grupo municipal do PSD entende que, caso se aprovasse este voto, estar-se-ia a criar uma regra de solidariedade apenas com uma classe, quando o que está em perigo e em grande crise é toda a educação, pelo que, por essa razão, se iria abster. -----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que começou por dizer, relativamente à moção pela atribuição automática do tarifário social da água, que, contrariamente ao PSD, o PS entende que faz todo o sentido a aprovação da moção, precisamente por causa do agravamento do custo de vida e da necessidade em apoiar as famílias mais carenciadas, salientando que outros municípios já o estão a fazer. Realçou que, sendo a água um recurso básico fundamental, tendo até um objetivo de desenvolvimento sustentável, próprio, único e exclusivo na Agenda 2030, o grupo municipal do PS acompanha esta moção do BE.-----

Relativamente às recomendações sobre a habitação, uma do BE e a outra do CDS-PP, disse que, sendo uma questão já prevista na Constituição da República Portuguesa, estando muito premente e presente no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Governo, quer no âmbito do PRR quer no âmbito do programa Mais Habitação, e tendo ainda em conta que muitos municípios já estão a ter programas específicos para apoiar esta necessidade emergente que é o direito à habitação, o grupo municipal do PS acompanha, obviamente, as referidas recomendações. Realçou que o PS entende que faz todo o sentido ter uma comissão que acompanhe e monitorize a implementação da Estratégia Local de Habitação e que possa,



inclusive, determinar a necessidade de fazer ajustes a todo o tempo.-----
Concluindo, sobre o voto de saudação proposto pela CDU relativo ao Dia Internacional da Mulher, informou que o grupo municipal do PS está completamente de acordo com o mesmo porque persistem assimetrias de género, nomeadamente no acesso a cargos de maior importância, salientando que a mulher ainda é aquela que fica com as tarefas mais passivas e não consideradas ativas.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** pediu a palavra, dizendo querer dar algumas notas sobre a questão da Linha do Vouga, abordada numa das moções. Disse querer corrigir algumas afirmações que foram feitas, acrescentando que este tema deve ser colocado no plano do interesse do território, e não no plano de alguma luta política.-----

Informou que, em 2012, a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria encomendou um estudo à TRENMO, sobre a reabilitação da Linha do Vouga, tendo então o Professor Álvaro Costa concluído pela eletrificação da linha e pela adoção da bitola ibérica. Referiu que essa conclusão pareceu, na altura, pacífica, pelo que se tem vindo a lutar, desde então, pela reabilitação da Linha do Vouga.-----

Referiu que, em 2017, numa altura em que era presidente da Área Metropolitana do Porto, aproveitou essa qualidade para apostar na ferrovia para a região, tendo sido encomendado um estudo à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, através do Instituto da Construção, o qual, mais uma vez, apontou para a eletrificação da Linha do Vouga e para a mudança para o perfil de via larga. Deu nota que, hoje, fala-se da via métrica e ibérica, salientando que a bitola atual da Linha do Vouga é a métrica, o que quer dizer que tem uma distância de 1 metro entre carris, enquanto a bitola ibérica dista 1,66 metros.-----

Disse que, quando surgiu o Plano de Investimentos Ferroviários, surgiu uma verba de 75 milhões de euros para reabilitar a Linha do Vouga, altura



em que era Presidente da Infraestruturas de Portugal o Eng. Nuno Freitas, que é de São João da Madeira e é um adepto da linha métrica, sendo então Ministro das Infraestruturas, o Dr. Pedro Nuno Santos, que também é entusiasta dessa linha, tendo-se, na altura, decidido manter a linha métrica. Realçou que a linha métrica obriga a mudar de comboio em Espinho, enquanto a linha ibérica permite entrar diretamente na Linha do Norte e seguir, sem mudar de comboio e sem perdas de tempo, até ao Porto e, eventualmente, até ao aeroporto Sá Carneiro.-----

Sobre a moção do PSD disse que, na sua opinião, está bem construída porque deixa para os técnicos a parte que é técnica, reforçando que, não sendo uma questão política, não deve ser politizada, já que existe todo o interesse em ter comboio em Santa Maria da Feira.-----

A propósito da intervenção do membro Carlos Martins, disse querer fazer uma correção, dando nota que a linha de metro que chega a Vila d'Este não é boa para a região em que se insere Santa Maria da Feira, isto porque o metro é um transporte de alta frequência, com estações a pouca distância, e as pessoas poderiam demorar 2 horas a chegar a Vila Nova de Gaia devido às muitas paragens. Salientou que a linha de metro só se justifica em percursos curtos e de muita densidade populacional, comentando que a ligação de metro da Póvoa de Varzim ao Porto, por exemplo, foi um erro, pois devia ter sido uma linha de comboio. -----

Referiu que, na sua opinião, o Município de Santa Maria da Feira deve exigir a integração no sistema de ferrovia, tendo, desse modo, ligação direta ao Porto e, se possível, até ao aeroporto Sá Carneiro. Fez notar que mudar para a linha ibérica tem constrangimentos e acarreta investimentos, pois obriga a mudar a potência das linhas e a fazer algumas demolições para eliminar curvas, acrescentando que se deve relegar a melhor solução para os técnicos, sem deixar de defender, politicamente, que para Santa Maria da Feira o melhor é entrar no sistema ferroviário nacional.-----

Concluindo, sobre o sistema de bilhética usado na Área Metropolitana do



Porto, o sistema Andante, disse que apesar de ter sido aprovado para a Linha do Vouga, não chegou a ser implementado pois é preciso instalar os validadores, dando nota que esteve reunido, há dias, com o presidente da Metro do Porto e com o TIP – Transportes Intermodais do Porto, para ver da possibilidade de ser implementado o sistema Andante na Linha do Vouga, mesmo na atual situação.-----

O membro **Carlos Martins** (IL) pediu a palavra para fazer um ponto de ordem à Mesa, dizendo que, estando a decorrer o período de discussão e votação das moções, julga que a Câmara Municipal não tem que se pronunciar sobre as moções apresentadas na Assembleia, questionando a Mesa a esse respeito, ao que o **Sr. Presidente da Assembleia** respondeu dizendo que o Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para falar sobre as moções apresentadas, e deu-lhe a palavra para esse efeito.-----

O membro **Carlos Martins** disse agradecer os comentários do Sr. Presidente da Câmara, mas pensa que em termos de gestão da Assembleia, a Câmara Municipal não se pronuncia no contexto da discussão e votação das moções da Assembleia.-----

Realçou, todavia, e já que o Sr. Presidente da Câmara se pronunciou, querer clarificar que não falou em ligar o metro a Santa Maria da Feira, mas sim que a IL defende a ligação de Santa Maria da Feira ao metro de superfície em Vila Nova de Gaia, garantindo uma ligação através de um sistema de ferrovia ligeira. Salientou que falou em aproveitar a ligação de Santa Maria da Feira à estação de metro de Vila d’Este através de ferrovia ligeira, e não de linha de metro. Fez sobressair que, no entanto, esta sua intervenção é mais no sentido de saber, por parte da Mesa, até que ponto é que a Câmara discute as moções da Assembleia, comentando que gostava de ter uma interpretação clara sobre este assunto, ao que o **Sr. Presidente da Assembleia** fez notar que esta questão está esclarecida pelo regimento, pois o mesmo, no seu artigo 22.º, permite ao Presidente da Câmara intervir



nos debates, sem direito a voto, e sempre que o Presidente da Mesa assim lhe conceda a palavra. -----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) pediu a palavra para solicitar um esclarecimento, dizendo que não percebeu se o grupo municipal do PSD aceita a sugestão que fez no sentido de enviar a moção apresentada por aquele grupo municipal para integrar o procedimento de consulta pública do Plano Ferroviário Nacional, assim como a sugestão de incluir uma alínea relativa à construção de gare intermodal no cruzamento com a linha de alta velocidade.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** pediu a palavra, dizendo ter uma nota importante para dar sobre a situação da gare intermodal. Disse que essa questão foi considerada numa reunião, tendo sido informado que, tecnicamente, essa solução não é exequível, pois seria preciso fazer uma plataforma reta com 6 ou 7 quilómetros, que implicaria um movimento de terras brutal, porque o comboio, na linha de TGV, circula a 300 km/h, e um comboio que entrasse nessa gare, mesmo a 100 km/h, podia provocar uma colisão entre comboios. -----

O membro **João Cunha** (PSD), quanto às sugestões feitas pela deputada municipal Susana Correia, disse que o grupo municipal do PSD aceita incluir na sua moção que a mesma seja enviada ao Governo e à Área Metropolitana do Porto, assim como ser enviada para integrar o procedimento de consulta pública do Plano Ferroviário Nacional, mas que não aceita a sugestão de incluir a construção da gare intermodal.-----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** informou que foi aceite a alteração à moção “Modernização e requalificação da ligação ferroviária ao Centro da Área Metropolitana do Porto de maneira eficaz, eficiente e



sustentável”, apresentada pelo grupo municipal do PSD, nos termos mencionados pelo membro João Cunha. Assim, é incluído o seguinte parágrafo na parte final da moção:-----

“- Seja a presente moção de recomendação enviada para:-----

- Governo da República Portuguesa;-----
- Área Metropolitana do Porto,-----
- Enviada para o Plano Nacional Ferroviário para integrar o procedimento de consulta pública (contributos.pfn@min.gov.pt)”.-----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

– Moção “*Modernização e requalificação da ligação ferroviária ao Centro da Área Metropolitana do Porto de maneira eficaz, eficiente e sustentável*”, apresentada pelo PSD:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 51 votos a favor (PSD:30, PS:16, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (BE), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito, com a introdução do parágrafo suprarreferido.-----

O membro **Tiago Paiva** (BE) solicitou que fosse considerada como declaração de voto aquilo que disse na sua intervenção, no respeitante a esta matéria.-----

O membro **Carlos Martins** (IL) solicitou – aquando da sua intervenção – que fosse considerada como declaração de voto o documento que leu respeitante a esta matéria.-----

– Moção “*Atribuição automática da Tarifa Social da Água*”, apresentada pelo BE:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS:16, BE, CDU), 31 votos contra (PSD:30, CH) e 3 abstenções (CDS-PP,



IL, IND), reprovam a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

- *Recomendação “Pela Habitação e pela promoção de arrendamento público a custos controlados”, apresentada pelo BE:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS:16, BE, CDS-PP), 32 votos contra (PSD:30, IL, CH) e 2 abstenções (CDU, IND), reprovam a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

- *Recomendação “Criação de uma comissão de acompanhamento à Estratégia Local de Habitação para o Município de Santa Maria da Feira”, apresentada pelo CDS-PP:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor (PS:16, BE, CDS-PP, CH, CDU, IND), 30 votos contra (PSD) e 1 abstenção (IL), reprovam a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

- *Voto de Saudação “Dia Internacional da Mulher”, apresentado pela CDU: --*

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD:30, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro **Tiago Paiva** (BE) solicitou que fosse considerada como declaração de voto aquilo que disse na sua intervenção, no respeitante a esta matéria. -----

- *Recomendação “Transmissão on-line das reuniões públicas da Câmara Municipal de S.M. Feira”, apresentada pelo PS:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor



(PS:16, BE, CDS-PP, IL, IND), 31 votos contra (PSD:30, CH) e 1 abstenção (CDU), reprovam a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

- *“Voto de Solidariedade para com a classe dos professores”, apresentado pelo CH:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto a favor (CH), 15 votos contra (PS:14, BE) e 36 abstenções (PSD:30, CDS-PP, IL, CDU, IND, PS:2 – Alexandra Sousa e Valdemar Silva), reprovam o voto de solidariedade em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro **Tiago Paiva** (BE) solicitou que fosse considerada como declaração de voto aquilo que disse na sua intervenção, no respeitante a esta matéria. -----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a cada grupo municipal a possibilidade de usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Carlos Martins.-----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“A Educação é o mais poderoso investimento que uma família pode fazer pelo futuro dos seus filhos, o mais poderoso investimento que um país pode fazer no seu futuro.-----

É também o melhor e o mais poderoso investimento que um município pode fazer pelo futuro da sua comunidade.-----

Os países e regiões com maiores índices educativos são também os mais desenvolvidos, os que têm melhores salários, os quem têm melhor



qualidade de vida. -----
É inegável o salto qualitativo que Portugal deu no acesso à educação nas
últimas décadas.-----

Se olharmos para os dados, nomeadamente os rankings PISA da OCDE, o
retrato que emerge é de um país que fez uma progressão notável desde a
viragem do século.-----

Apesar desta evolução, continua a haver lacunas estruturais no sistema de
ensino português, que têm vindo a agravar-se, pondo em causa o esforço
de todos os agentes envolvidos.-----

- Portugal tem o nível médio de educação formal mais baixo da União
Europeia, com apenas 53,5% da população entre os 35 e os 64 anos a ter
completado o ensino secundário.-----

- Por outro lado, os professores são hoje uma população envelhecida, com
reduzido prestígio social, baixo nível de autonomia e poucos incentivos ao
desempenho.-----

• O número dos que estudam para exercer a profissão caiu 70% desde o
início do século.-----

• No futuro, a situação vai piorar. A maior parte dos grupos de
recrutamento vai perder para a aposentação mais de 50% dos docentes até
2030 que deixarão centenas de milhares de alunos sem aulas.-----

- Cada vez mais famílias fazem o esforço de matricular os seus filhos nas
escolas privadas ou pagar explicações, procurando contornar a baixa
qualidade do nosso ensino público.-----

- No entanto, o custo médio do aluno no setor público é de 6.200 euros por
ano, valor muito superior ao custo das escolas privadas.-----

- Com este valor devia ser possível pagar aos professores um salário capaz
de atrair os melhores para a profissão.-----

Tudo isto nos leva a concluir que a Educação pública tem um gigantesco
problema de gestão e eficiência.-----

Para tal não é alheio o facto de termos há décadas um Ministério da



Educação refém dos sindicatos, prejudicando alunos, pais e professores. ---
Como sofremos na pele em Santa Maria da Feira, a cegueira ideológica está
a matar a escola pública. Basta ver a vergonha que foi o corte do contrato
de Associação com o Colégio de Lamas. -----
Quando a relação público-privado funciona, o Estado usa os nossos
impostos para fazer política rasteira. -----
Na Iniciativa Liberal acreditamos num sistema educativo diferente. -----
- Acreditamos na educação de qualidade como o maior fator para reparar a
avaria do elevador social. -----
- Defendemos o acesso universal a escolas de qualidade e liberdade de
escolha da escola por parte das famílias. -----
- Defendemos uma escola que se adapte às necessidades locais. -----
- Defendemos a autonomia administrativa, financeira e pedagógica das
escolas públicas. -----
- Defendemos uma escola com autonomia para contratar e avaliar
professores. -----
- Defendemos que as escolas possam definir modelos de ensino
alternativos, horários diferenciados, materiais de ensino próprios, os seus
programas curriculares. -----
Por isso, foi com grande expectativa que acompanhamos o processo de
Transferência de Competências para os municípios na área da educação. --
Desde logo, que esta oportunidade significasse um investimento estrutural
na rede escolar. -----
A 22 de julho de 2022, o Governo e a Associação Nacional de Municípios
(ANMP) assinaram o acordo setorial de compromisso para a
descentralização no domínio da educação, mediante o qual o Governo se
comprometeu a realizar intervenções em 451 escolas. -----
A 15 de novembro, a Ministra da Coesão Territorial afirmou que os avisos
para o financiamento das intervenções nas escolas seriam abertos até ao
final do ano de 2022, recorrendo a fundos do mecanismo extraordinário de



antecipação do PT 2030. -----
Contudo, decorreram 7 meses desde a assinatura do acordo e as autarquias locais constatam que o executivo ainda não foi capaz de definir sequer uma calendarização para as intervenções e remodelações que prometeu. -----
Perante isto, a nível nacional, a Iniciativa Liberal apresentou na Assembleia da República um Projeto de Resolução, exigindo que o Governo divulgue qual o edificado que foi intervencionado ao abrigo do disposto no acordo, assim como seja apresentado publicamente o cronograma de recuperação, reabilitação e ampliação de edifícios escolares. -----
A nível local, porém, as coisas não estão melhores. -----
A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira formalizou em maio de 2022 a delegação de competências nos Agrupamentos de Escolas da rede pública através da assinatura dos contratos interadministrativos. -----
No discurso que assinalou esse momento, o Presidente da Câmara disse “Sou um acérrimo defensor da descentralização, em especial no setor da Educação”. -----
Estamos, assim, perante uma oportunidade histórica para melhorar a gestão da nossa rede escolar e proporcionar aos agentes educativos, às famílias e aos alunos, uma melhoria significativa da escola pública no concelho. -----
Quase um ano depois, o que vemos? -----
- Uma Carta Educativa desatualizada, mantendo-se em vigor a de outubro de 2006. Consultados os sites oficiais, percebe-se que a Revisão da Carta Educativa de 2019 (com parecer do Ministério da Educação de dezembro 2021) ainda não foi homologada. O que se passa? -----
- O Plano Educativo Municipal não sofreu qualquer evolução relevante, mantendo-se uma aposta em atividades de entretenimento, sem preocupação numa relação reforçada com a nossa comunidade, os agentes sociais, empresariais, culturais e desportivos. -----



- A maior parte das atividades destina-se a alunos e escolas do primeiro ciclo não refletindo, como deveria, as novas competências municipais, nomeadamente quando confrontadas com a possibilidade de haver flexibilização curricular. -----
- Mantemos uma ação social escolar deficitária. Por exemplo, o critério para a concessão da exploração dos refeitórios privilegia o menor valor por refeição sem valoração da qualidade. -----
- Temos um plano de transportes escolares assente no transporte por autocarro da rede de transportes públicos, sendo que muitos centros escolares e escolas do primeiro ciclo não estão integrados nessa rede. -----
- Ao nível do parque escolar temos infiltrações de água em muitas escolas, assim como humidade e frio nas salas de aula. Veja-se o que se passa na Escola Básica de Espargo. -----
- Continuamos a ter estruturas em fibrocimento em várias escolas, com o impacto na saúde de alunos, professores e funcionários. -----
- A antiga escola sede do Agrupamento Fernando Pessoa continua devoluta. As crianças da cidade de Santa Maria da Feira continuam sem um centro escolar, apesar das sucessivas promessas. -----
- A EB de Paços de Brandão foi intervencionada há poucos anos, tendo sido o município a elaborar o projeto, a lançar o concurso e a fiscalizar a obra. No entanto, os materiais empregues foram tão fracos que em pouco tempo a escola estava a degradar-se, obrigando a novas obras. -----
- A EB de Lobão não tem qualquer intervenção há anos. As condições térmicas das salas de aula são péssimas. -----
- Outra obra recente foi a levada a efeito na Escola Básica Coelho e Castro em Fiães. Foi a Câmara Municipal que a geriu. -----
- A impermeabilização do Pavilhão foi feita e a humidade danificou o piso, impedindo a prática desportiva, como se noticiou nos últimos dias. -----
- Em relação aos contratos interadministrativos, os sinais são preocupantes: -----



- Os orçamentos não estão a ser entregues a tempo às escolas, atrasando obras de manutenção e reparação, mesmo as mais simples. -----
- A Câmara Municipal não fez a tempo os concursos públicos para aquisição de serviços de eletricidade, gás e telecomunicações. Se o fizesse, teria poupado milhares de euros e evitado situações caricatas como cortes de comunicações que, entretanto, aconteceram.-----
- O mesmo se passa com serviços de cópia e impressão.-----
- Muitos mais exemplos podemos trazer aqui. -----

É certo que o processo de transferência de competências na Educação é ainda recente, mas estes sinais deixam os feirenses preocupados. Esperemos que não tenham razão. -----

Deixamos aqui um desafio à Câmara Municipal: que partilhe publicamente qual a realidade atual da rede escolar do concelho, qual o plano de intervenções e investimento, o seu cronograma e orçamento. -----

Sugerimos, também, que se atualize e aprofunde o Plano Educativo Municipal, contribuindo para resolver um problema do concelho e do país: O facto de termos um modelo educativo do século XIX, com professores do século XX, para alunos do Séc. XXI.” -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que começou por aludir ao processo da transferência de competências na área da educação, para questionar à Câmara, visto que é obrigatório por lei que fosse criada uma comissão de acompanhamento, qual a regularidade com que esta comissão tem reunido. Referiu que, sabendo que esta comissão tem de apresentar um relatório passado um ano de ter sido constituída e que tal relatório deverá ser apresentado no próximo mês de abril, gostaria que a Câmara disponibilizasse este relatório aos elementos da Assembleia Municipal. Questionou, ainda, se a Câmara pretende manter esta comissão em funcionamento ou se a vai extinguir. -----

Referiu que, na última sessão ordinária realizada por esta Assembleia, foi



questionado o Sr. Presidente da Câmara acerca do encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos localizado na União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande. Disse que ficaram duas questões por responder, designadamente se a Câmara está disponível para reunir com o movimento de utentes que está a organizar a luta da população, e se a Câmara está solidária com a população e pretende apoiar essa luta pela reabertura desse balcão, solicitando estas respostas. -----

Concluindo, questionou se a Câmara tem programadas atividades para o Dia Internacional da Mulher. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que disse que a primeira questão a colocar à Câmara tem a ver com a requalificação dos parques infantis que está a ser levada a cabo, e muito bem. Referiu que o problema é que passados uns dias da requalificação, vão lá os grafiteiros e os vândalos danificar os equipamentos, andando a Câmara a investir, para, depois, alguém ir danificar, questionando se a Câmara vai fazer alguma coisa para resolver este problema. -----

De seguida, referiu que a Escola Básica de Espargo tem cerca de 10 anos e já chove dentro dela, o que é vergonhoso, questionando quem é que fiscalizou aquela obra. -----

Referiu que outra questão tem a ver com o projeto que está a ser concretizado junto à Capela de Campos, comentando que teve acesso ao mesmo e confirmou que é um projeto excelente, mas que o Chega continua a não perceber o porquê de o promotor não executar a requalificação da zona envolvente. Disse que houve um concurso e, sendo certo que os preços estão a subir, gostava de saber quem é que vai pagar o diferencial do dinheiro para se fazer a requalificação daquela área. -----

Salientou, de seguida, que diversos munícipes se queixaram, junto do Chega, sobre a situação do lixo na Praça Professor Leão, em Santa Maria da Feira, tendo o Chega sugerido que fossem depositar o lixo nos



contentores subterrâneos localizados Rua Dr. António Ferreira Soares, pois a distância a percorrer é curta. Salientou que, contudo, há uma zona da cidade que é preocupante, que é a Rua 20 de Janeiro, dizendo que existe ali uma acumulação do lixo doméstico e do lixo proveniente dos cafés e restaurantes da envolvente, e os animais, à noite, rasgam os sacos e espalham o lixo, o que, para além de criar maus cheiros, dá mau aspeto àquela zona, que é uma das principais entradas na cidade.-----

Referiu que outra questão tem a ver com a ciclovia de Espargo, limitada pelos pinos de proteção amarelos e pretos a que chama de “abelhas maias”, dizendo que vive ao lado do Europarque e costuma ir, aos domingos, passear para aquela zona e reparou que há muitos ciclistas a circular naquela via, mas ainda não viu nenhum a circular pela ciclovia. Salientou que, numa altura em que ainda não tinham sido colocados aqueles pinos, perguntou se a Câmara tinha falado com algum grupo de cicloturistas para tentar perceber quais as reais necessidades dos mesmos, mas que não o terá feito e que a prova é que existe ali uma ciclovia que não é utilizada.----

Disse que a última questão prende-se com a obra de reabilitação de um edifício situado na Rua Dr. Santos Carneiro, perguntando qual a duração da mesma e o que é que a Câmara está a pensar fazer em termos de condicionamento do trânsito, se é para continuar ali o semáforo que está a ser usado, fazendo notar que, a qualquer momento, há ali um acidente e, depois, não se sabe de quem é a culpa. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse que, uma vez que foi reprovada a recomendação que apresentou para a criação de uma comissão de acompanhamento à Estratégia Local de Habitação, tem de continuar a fazer perguntas sobre o tema, questionando se os terrenos municipais existentes em São Miguel de Souto e em Arrifana vão ser contemplados para o projeto habitacional do Município.-----

Sobre a Avenida do Sarrilha, em São Miguel de Souto, questionou se vai



haver um novo concurso para a reabilitação da mesma, dado que o primeiro ficou deserto, salientando que aquela é, se calhar, uma das estradas de ligação entre duas freguesias do Concelho com mais carências. Concluindo, questionou se o projeto Dias do Burgo vai ser uma realidade ou se é mais uma carta de intenções.-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse que, verificando-se que existe uma acumulação bastante considerável de resíduos nas margens do rio Uíma, gostaria de ouvir o Sr. Presidente da Câmara sobre qual é a razão para que aquelas margens estejam tão sujas e também saber se existe uma previsão para proceder à remoção do lixo que está ali acumulado.-----

Referiu também querer fazer um pedido ao Executivo, dando nota que o BE remeteu dois requerimentos à Mesa da Assembleia Municipal, para serem endereçados ao Sr. Presidente da Câmara, comentando que um deles envolve uma situação de emergência habitacional. Salientou que o BE gostaria que houvesse uma resposta, para, assim, poder dar o devido acompanhamento da situação, solicitando uma especial atenção em relação a esse requerimento. -----

Concluindo, disse que o outro requerimento que aguarda resposta é relativo ao Centro Escolar de Espargo, em que, entre outras questões, o BE solicitou o caderno de encargos associado à adjudicação daquela obra. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse querer colocar duas questões ao Executivo, uma delas em resultado do que afirmou o Presidente da Associação da Juventude de Fiães num órgão de comunicação social, no dia de ontem, em que se ficou a perceber que o clube não tem onde jogar e treinar, adiando jogos de todos os escalões da secção de futsal masculino, com mais de 100 atletas. Referiu que não há a possibilidade de usar o pavilhão de Fiães nem o de Gião, pelo que os pais têm a necessidade de distribuir as crianças por pavilhões do Concelho. -----



Disse que, pessoalmente, já tinha esta má experiência, mesmo na União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, de haver alguma dificuldade, em muitas modalidades, devido à falta de pavilhões disponíveis e à dificuldade na gestão de horários.-----

Referiu que apraz ao PS acompanhar e subscrever os votos de louvor aos atletas do Concelho que o Executivo apresenta continuamente nas reuniões de Câmara, e a forma entusiasta como anuncia a prática desportiva, mas que também gostava que, dessa mesma forma entusiasta, o Executivo conseguisse implementar algumas medidas para melhorar a organização dos espaços desportivos ao serviço dos jovens e dos clubes desportivos.-----

Salientou que o segundo ponto prende-se com a Avenida do Sarrilha, em São Miguel de Souto, e com a zona industrial de Mosteirô, realçando que se espera, há muitos anos, pela reabilitação de ambas, pelo que questiona qual o ponto de situação para que se possa avançar com estas duas reabilitações. -----

Interveio a deputada municipal **Ana Patrícia Cunha** (PSD) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“Os últimos anos têm sido caracterizados por um crescente envolvimento e proatividade do Município, no que diz respeito à requalificação e/ou construção das infraestruturas e equipamentos de saúde no Concelho. -----

Lembro: -----

- O envolvimento do Município na recente aquisição de um terreno e edifício contíguos ao hospital, com uma área de 10.000 m², onde será criada a Unidade de Saúde Mental do Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga; -----

- A construção da USF de Nogueira da Regedoura/São Paio de Oleiros, obra em curso, que vai servir os cerca de 10 mil habitantes das duas



freguesias vizinhas do norte do concelho;-----

- O lançamento da primeira pedra da Unidade de Saúde de Milheirós de Poiares, que traduzirá um investimento de cerca de dois milhões de euros;-

- A construção da Unidade de Saúde de Canedo, cujo lançamento da primeira pedra está previsto para o próximo dia 25 de fevereiro;-----

- A ampliação da USF de Rio Meão e a ampliação/requalificação da USF de Romariz;-----

- A intenção manifestada pelo Executivo Municipal de avançar, ainda neste mandato, com os projetos de execução para construção das duas USF e Centro de Saúde da União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, das Unidades de Saúde de Fiães e de Escapães, para além da reabilitação da USF de Santa Maria de Lamas. -----

Evidencia-se, portanto, que o Município reconhece que os cuidados de saúde primários representam o primeiro nível de serviços de saúde numa comunidade e que é necessário garantir cuidados acessíveis, contínuos e completos para as necessidades de saúde ao longo da vida de um indivíduo. -----

Face a isto, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira não podia deixar de congratular o Executivo Municipal pela visão estratégica, disponibilidade e colaboração junto do governo central, de modo a garantir à população feirense um sistema de saúde que responda melhor e mais rapidamente às suas necessidades e fomenta saúde e bem-estar para todos.” -----

De seguida, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos, começando por aludir à intervenção feita pelo membro Carlos Martins sobre a educação. Disse que o mesmo elencou todos os edifícios que terão dificuldades, salientando, a esse respeito, que o Município tem a competência de alguns há menos de um ano, mas que já parece ter a responsabilidade de décadas. Referiu que o Município tem o



plano de intervenções feito, onde é definido um conjunto de prioridades, nomeadamente ao nível das EB 2/3, acrescentando que estão a ser desenvolvidos projetos bem como candidaturas aos fundos comunitários para os executar. -----

Sobre a Carta Educativa, deu nota que foi revista em 2019 e homologada em 2021, estando já em vigor, pedindo ao Vereador Gil Ferreira para responder às questões colocadas no âmbito desta matéria. -----

Interveio o Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, **Gil Ferreira**, que informou que a transferência de competências na área da educação para o Município tornou-se efetiva no dia 1 de abril de 2022, pelo que ainda não completou um ano, dando ainda nota que, no que respeita à Carta Educativa, a mesma é válida e está homologada desde dezembro de 2021 pela DGEST, sem prejuízo de ter sido submetida pelo Município, em 2019, para essa homologação pela tutela. -----

Sobre a primeira reunião da comissão de acompanhamento do processo de descentralização de competências na educação, informou que a mesma realizou-se no dia 15 de novembro e que a intenção é que se realizem com uma periodicidade semestral, acrescentando que a ata dessa reunião será fornecida a quem a solicitou. -----

Sobre o serviço de cópia e impressão, informou que a portaria que regula esta execução orçamental e despesa foi publicada a 4 de janeiro de 2023, salientando que é muito natural que, não existindo o instrumento jurídico-legal e o enquadramento para que essa despesa possa estar a ser suportada pelo Município, não haja milagres. Referiu que está em curso um processo de economia de escala, de desenho de uma solução técnica de serviço de cópia e impressão para todos os estabelecimentos escolares dos 9 agrupamentos de escolas do Concelho, com o intuito de, efetivamente, promover uma gestão mais eficiente destes recursos. Salvaguardou que essa competência só é do Município, formalmente, desde 4 de janeiro de



2023. -----

No que diz respeito a faturas que tenham ficado por pagar relativas a consumos correntes, disse não ter conhecimento dessa situação, solicitando que lhe fizessem chegar essa informação para ter conhecimento de quais os serviços que foram suspensos ou quais as pendências de pagamentos de consumos por parte do Município, para avaliar se há alguma anomalia e corrigir.-----

Sobre a questão do plano educativo municipal, informou que o Município não está a desenhar um plano educativo municipal, mas sim a desenhar um plano estratégico educativo municipal, que contou com uma ampla participação civil, cívica, política, do movimento associativo, da indústria, ou seja, de diversas partes interessadas no desenvolvimento do território, acrescentando que já está a decorrer a etapa final, a 3.^a fase. Deu nota que, no mês em curso, realizou-se uma reunião no cineteatro António Lamoso, com cerca de uma centena de agentes, para priorizar os 36 objetivos que compõem as 5 dimensões de atuação no que respeita à política educativa municipal, em torno de 3 eixos que foram definidos com a participação alargada, designadamente aos níveis cívicos, sociais e políticos. Realçou que bem no centro de todo este processo esteve, naturalmente, a comunidade educativa, que é representada por alunos, pelo movimento associativo parental, por profissionais do setor da educação, por técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais, e, naturalmente, por professores e dirigentes, tais como por elementos das direções e dos conselhos gerais.-----

Referiu que é um plano estratégico que está a ser ultimado e gizado, com um horizonte de uma década, dizendo julgar que o mesmo é do conhecimento desta Assembleia porque já diversos grupos municipais pediram informação e atualização, que foi enviada prontamente e que continuará a ser, caso seja solicitado, sem prejuízo de que a versão final deste documento será tornada público, estando prevista a sua



apresentação para o próximo mês de abril. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** retomou a sua intervenção e, a propósito da questão colocada pelo membro João Vidal, sobre o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos localizado em Lobão e se haveria alguma ação para a sua reabertura, informou que a Câmara reuniu com os responsáveis daquele banco, já há algum tempo, e recebeu a informação de que a decisão do encerramento é irreversível. Referiu que há uma política nacional dos diferentes bancos para o encerramento de balcões, dado que a generalidade das operações bancárias pode ser efetuada via on-line, tornando cada vez menos necessários os espaços físicos, estando os bancos a diminuir o número de balcões para poupar nos custos. Disse que colocou a hipótese de ser instalada uma caixa Multibanco porque, nos dias de hoje, talvez faça mais falta do que o balcão, informando que essa hipótese ficou em aberto e vai ser trabalhada com mais profundidade, para tentar minimizar os constrangimentos causados pelo encerramento do balcão. -----

Sobre se a Câmara tem planeada alguma atividade no âmbito do Dia Internacional da Mulher, disse não se recordar de haver alguma ação prevista. -----

Relativamente às questões colocadas pelo Miguel Branco disse, sobre a vandalização dos parques infantis, que é dramático o que se está a passar, sublinhando que essa situação não está a acontecer somente nos parques infantis, que é uma situação generalizada. Disse que o percurso do Cáster e outros espaços públicos foram grafitados, que os equipamentos são vandalizados, que há a queima de contentores, árvores estroncadas, luminárias partidas, ressaltando que há uma perda cívica tremenda e que estas situações de vandalismo ocorrem praticamente em todos os fins de semana. Referiu que a Câmara não tem outra alternativa a não ser estar atenta e participar estes casos à polícia, pois essa é uma função da polícia.



Sobre a Escola Básica de Espargo informou que a mesma está a ser intervencionada, dizendo que o inverno muito rigoroso causou uma subida acentuada dos níveis freáticos o que, aliado a alguns defeitos de construção, originou os problemas de infiltrações na escola. Reforçou que está a ser feita a reabilitação e que espera que a escola fique em boas condições, acrescentando que os alunos da escola estão instalados, provisoriamente, no complexo do Europarque e julga que, dentro dos condicionalismos que existem, os alunos estão bem e as famílias aceitaram bem a decisão que foi tomada. -----

Em relação à questão da requalificação da zona envolvente à Capela de Campos esclareceu que o promotor não vai pagar isso, informando que, na altura do licenciamento, ficou definido que uma parte da obra cabe ao promotor e a outra parte cabe à Câmara, porque aquela rua já lá existia. Disse que a Câmara abriu um primeiro concurso para fazer a parte das obras que lhe compete, mas que ficou deserto, comentando que essa é uma situação que acontece com frequência, e que, muitas vezes, nem é por uma questão de preço, mas sim por não haver empresas com mão de obra disponível. Deu nota que a Câmara vai abrir novo concurso, com novos valores, para tentar encontrar alguém que faça a obra. -----

Quanto à situação da recolha do lixo na Rua 20 de Janeiro, disse que o sistema de recolha dos sacos do lixo, porta a porta, é aquele que a Câmara entende ser o mais adequado porque o contentor, salvo uma ou outra exceção, torna-se um foco infeccioso até porque, muitas vezes, as pessoas deixam os sacos fora dos contentores, pousados no chão. Referiu que, assim, a opção foi sempre a do sistema de recolha em saco, porta a porta, acrescentando que há dias e horários estabelecidos para deixar os sacos, mas que, muitas vezes, não são respeitados, pelo que está a ser feita uma campanha muito forte de sensibilização no sentido de minimizar este problema. -----

Relativamente ao comentário de que a ciclovia de Espargo não tem



utilização, deu nota que é uma questão que envolve uma mudança civilizacional que está em curso, acrescentando que ainda são poucas as pessoas que usam a bicicleta para ir trabalhar, mas que espera que, dentro de 10, 15, 20 anos, mais pessoas as utilizem no dia a dia, e não somente ao fim de semana para passear. Referiu que deseja que a inclusão da bicicleta elétrica comece a ter mais impacto, comentando que ele próprio, há 10 anos, desconfiava muito da ciclovias e da utilização da bicicleta porque o território tem uma orografia muito desfavorável, mas que, com a bicicleta elétrica, julga que se deve apostar ainda mais em ciclovias pois elas terão, a médio prazo, muito mais utilização. Disse que era bem pior se as ciclovias não estivessem feitas, reforçando que, agora, é preciso tomar consciência que um percurso até 5 ou 10 km pode ser feito de bicicleta, retirando das estradas milhares de carros. -----

Sobre a questão colocada acerca da obra na Rua Dr. Santos Carneiro, disse que posteriormente daria a informação, dado que o vereador do pelouro das obras municipais não estava presente na sessão para, naquele momento, poder informar devidamente. -----

Sobre as questões colocadas pelo membro Ângelo Santos informou, quanto à questão se os terrenos municipais em São Miguel de Souto vão ser utilizados para a construção de habitação, que os serviços da Câmara estão a fazer o levantamento de todos os terrenos municipais com capacidade construtiva, para ver quais os mais favoráveis para a construção de habitação. Disse que o Município tem a sua Estratégia Local de Habitação e vai aproveitar todos os terrenos que tem em zonas de construção, para construir. -----

Sobre a reabilitação da Avenida do Sarrilha disse estar a decorrer o concurso público e que espera que a obra seja adjudicada nos próximos meses. -----

Em relação ao projeto Dias do Burgo referiu já ter dado a explicação, reafirmando que é um projeto que está muito ancorado ao Castelo, o qual



está em obras, dizendo que entende que não se deve avançar com esse projeto enquanto tais obras não estiverem concluídas.-----

Sobre as questões colocadas pelo membro Tiago Paiva disse, quanto à questão do lixo nas margens dos rios, que essa situação também o deixa chocado, comentando que faz muitas caminhadas pelo percurso do Uíma e já comprovou essa situação. Referiu que as cheias que se verificaram este inverno evidenciaram o mal que é feito, comentando que, sempre que alguém coloca um plástico ou um trapo no chão, ele vai parar ao rio e, depois, ao mar, levando a que apareçam situações que causam indignação, como peixes mortos com tampas de plástico no estômago, frisando que compete a todos mudar este cenário.-----

Disse já ter desafiado o Jovem Autarca, e que vai alargar o desafio a toda a população para, numa ação cívica, se fazer a limpeza das margens, até para que todos percebam o tipo de lixo que é depositado, que vai desde os plásticos e trapos aos pneus e frigoríficos. Informou que está a decorrer o procedimento de recrutamento de dois vigilantes da natureza e que a intenção é que eles não só vejam o que está sujo, mas que, efetivamente, também limpem, acrescentando que eles irão receber a devida formação.---

Sobre a questão relacionada com um caso de emergência habitacional, disse que também já lhe aconteceu ser abordado, até à porta de casa, para lhe relatarem determinada situação, e que até ficava extremamente sensível com algumas delas, mas que percebeu a certa altura que, depois de trabalhadas tecnicamente, as situações não eram exatamente conforme lhe relataram, pelo que passou a encaminhar estes casos para os técnicos.

Sobre o caderno de encargos para o Centro Escolar de Espargo disse que, pelo que sabe, a obra já está a concurso, ou até já terá sido entregue, pelo que iria fazer chegar ao membro Tiago Paiva a informação solicitada.-----

De seguida, aludiu às questões colocadas pela deputada municipal Susana Correia. Sobre as queixas feitas pelo presidente da Associação Juventude de Fiães, relativas ao futsal, disse que eles jogavam no pavilhão da EB 2/3



de Gião/Lobão, mas que o pavilhão teve alguns problemas de infiltrações, entre outros, estando já a concurso a obra para fazer as reparações. Referiu que o pavilhão municipal de Fiães também está obras, mas que, pelo que sabe, estão prestes a ser concluídas, pelo que esse pavilhão poderá ser uma possibilidade. Fez notar que, entretanto, a Câmara está a colaborar com a Associação Juventude de Fiães, disponibilizando horas de utilização noutros pavilhões para que possam treinar e jogar. -----
Quanto à requalificação da Avenida do Sarrilha, em São Miguel de Souto, disse já ter dado o esclarecimento. -----
Concluindo, sobre a requalificação da zona industrial de Mosteirô, informou que foi aberto um primeiro concurso para essa obra, mas que ficou deserto, pelo que foi aberto novo concurso, dizendo esperar que, neste, apareça um concorrente para fazer a requalificação. -----

Interveio novamente o membro **João Vidal** (CDU) para esclarecer, no seguimento das informações dadas pelo vereador Gil Ferreira, que aquilo que a CDU está a solicitar é o relatório que a comissão de acompanhamento ao processo da transferência de competências na área da educação tem de redigir sobre a implementação das competências transferidas, e não as atas das reuniões que a comissão realiza, ao que o Vereador **Gil Ferreira** respondeu dizendo que, neste momento, já existe a ata da primeira reunião da comissão em referência, em que se procedeu à instalação da mesma, salientando que, agora, estão a ser monitorizados os dados, nomeadamente dos contratos interadministrativos e outros, e que esses dados vão estar plasmados no relatório. Informou que esse relatório irá, provavelmente, observar o exercício de um ano letivo completo de transferência de competências, e não de um parcial desse período. -----

O membro **Tiago Paiva** (BE) pediu a palavra, dizendo, relativamente à questão dos requerimentos apresentados pelo BE, que, independentemente



da matéria concreta de cada um deles, pede que haja uma resposta mais célere, principalmente naqueles que envolvem um pedido de resposta com alguma urgência. -----

Disse também ter percebido, da intervenção feita pelo Sr. Presidente da Câmara, que o mesmo fez alguma confusão sobre aquilo que foi solicitado no requerimento apresentado pelo BE sobre o Centro Escolar de Espargo, ressaltando que o caderno de encargos da requalificação do centro escolar está disponível no portal Base.gov, e que não é esse o solicitado, mas sim o caderno de encargos da obra aquando da sua construção. Esclareceu que é esse caderno de encargos que o BE solicita no requerimento, assim como mais alguma documentação, reforçando o pedido para haja alguma celeridade na disponibilização desse material. -----

Saíram os membros Daniel Gomes e Virgílio Ribeiro. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 – Atas:-----

- **Ata N.º 8 – Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2022**-----

- **Ata N.º 9 – Sessão Extraordinária de 7 de dezembro de 2022**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros as atas em epígrafe, que lhes foram oportunamente enviadas, dando nota que os membros que não estiveram presentes nas referidas sessões não poderiam participar na votação das respetivas atas. -----

- **Ata N.º 8 – Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2022:**-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 43 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Joana Fonseca Silva, Job Silva, Raquel Gomes, Miguel Ângelo Silva, Manuel Melo, Sara Portal e Fernando Adriano Pinho.-----



- Ata N.º 9 – Sessão Extraordinária de 7 de dezembro de 2022:-----
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 29 votos a favor,
aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes
naquela sessão, os membros Susana Correia, Job Silva, Carlos Martins,
António Perestrelo Lima, Jorge Paulo Pereira, Raquel Gomes, Ricardo
Oliveira, Minervina Rocha, César Resende, Manuel Melo, José Carlos Silva,
Rui Rios, Avelino Costa, Sara Portal, Valdemar Silva, André Rocha,
Maximino Costa, José Baptista Martins, David Neves, Fernando Adriano
Pinho e Francisco Andrade.-----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que
se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara (com o
registo de saída n.º 2.548, em 10/02/2023, na Divisão de Administração
Geral), relativo ao I Relatório de 2023, anexo que sintetiza a atividade
financeira do Município, a capacidade de endividamento, a listagem das
obras e fornecimentos adjudicados e contratados, bem como o prazo médio
de pagamento a fornecedores – documento oportunamente disponibilizado
aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum membro pretendeu intervir a respeito desta
matéria, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente
ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em
referência.-----

Reentraram os membros Daniel Gomes e Virgílio Ribeiro. -----

3 – Regimento da Assembleia Municipal -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que



se refere a proposta por si subscrita, datada de 14/02/2023, que passou a ler e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Na sequência do acordado na reunião realizada pela Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, no passado dia 13 de fevereiro de 2023, propõe-se que, ao abrigo da alínea a) do artigo 26.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal delibere aprovar as seguintes alterações ao Regimento da Assembleia Municipal aprovado por deliberação da mesma de 26/02/2018:-----

Ponto 2 do Artigo 11.º passa a ter a seguinte redação: -----

2. A apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, a respetiva avaliação e a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior devem ter lugar na sessão ordinária de abril, e a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte na sessão de novembro ou dezembro, sem prejuízo do disposto no número seguinte. -----

Ponto 5 do Artigo 26.º passa a ter a seguinte redação: -----

5. Tratando-se da discussão do projeto ou proposta das opções do plano e do orçamento, bem como dos documentos de prestação de contas, será sempre assegurado a cada partido, coligação, frente de partido ou grupo de cidadãos com assento na assembleia, e à câmara municipal o tempo mínimo de quinze minutos para intervenção no debate. -----

Artigo 45.º passa a ter a seguinte redação -----

(Publicidade por via eletrónica e transmissão online) -----

1. A assembleia municipal disporá de uma página Web própria com a disponibilização de toda a informação relativa à sua atividade e funcionamento, designadamente as convocatórias das sessões, as deliberações tomadas, as atas aprovadas, as recomendações, os requerimentos, as moções, os documentos em análise, os requerimentos de cada partido, coligação, frente de partido ou grupo de cidadãos com



assento na assembleia, e as respetivas respostas da Câmara Municipal. ----

2. A informação referida no número anterior incluirá a versão integral das atas de cada sessão da assembleia, após a respetiva aprovação. -----

3. [novo] As sessões da assembleia municipal são transmitidas em direto, com interpretação em Língua Gestual Portuguesa, salvo por motivo de impossibilidade determinado por força maior, ficando ainda disponíveis para consulta posterior na página Web da assembleia municipal até ao final do mandato respetivo. -----

4. [novo] A Transmissão em Direto das intervenções dos membros da Assembleia de Municipal, nos termos legais aplicáveis, não carece de autorização ou consentimento, portanto se considera, neste âmbito, que a referida transmissão decorre do exercício do cargo para que foram eleitos e que desempenham e a reprodução da sua imagem e áudio é captada em lugares públicos, no exercício de funções de interesse público. -----

Anexo: Regimento atualizado nos termos das alterações ora propostas.” ----

Aberta a discussão, interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Tal como o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu, este documento foi alvo de discussão e foi alvo de acordo por parte de todos os membros da Comissão Permanente, onde estão representados todos os partidos com assento nesta Assembleia. E, aqui, queria também enaltecer a abertura e o compromisso de todos os membros da Comissão Permanente na revisão do regimento da Assembleia Municipal e deixar claro que este novo regimento aproxima e abre a Assembleia Municipal aos feirenses e abre mais espaço, também, de discussão a todos os partidos nos documentos que são centrais para a política autárquica do Município, que são eles o plano de atividades e orçamento e o relatório de atividades e contas. -----

O Bloco de Esquerda aprovará esta revisão ao regimento ciente de que se



trata de uma aproximação, mas também não esquecendo aquelas que são as nossas propostas de alteração ao regimento e que nós consideramos serem fundamentais. Continua a ser necessária uma revisão que inclua a alteração do Período de Intervenção do Público para antes do Período de Antes da Ordem do Dia, a redução dos requisitos de subscrição para o exercício e garantia do direito de Petição, bem como aquela que é a nossa posição de que a duração das reuniões da Assembleia Municipal deveria ter uma limitação absoluta, e não na sua formulação atual, onde, após votação, esse período pode ser estendido, e já tivemos algumas assembleias onde essa duração foi para lá das 6 horas. E, portanto, havendo o compromisso de toda a Comissão Permanente de que elas sejam planeadas para que isto não aconteça, e podemos observar em Comissão Permanente que tem sido esse o compromisso de todos os membros, também consideramos que isto deveria constar no próprio regimento.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse não poder concordar com o que foi anteriormente referido porque não houve um acordo de todas as forças políticas. Disse que, uma vez que a votação conjunta do documento não permite ignorar uma questão que, para a CDU, é essencial, que é o munícipe poder manifestar as suas preocupações e colocar as suas questões na fase inicial das sessões da Assembleia Municipal, iria votar contra. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por agradecer a todos os representantes dos partidos que estiveram na Comissão Permanente e pela forma urbana como contribuíram para a revisão em apreço. Referiu que todos acordaram com um texto final, que é o que está em discussão, independentemente de algumas das propostas apresentadas pelos partidos não terem passado na Comissão Permanente,



o que pode influenciar o sentido de voto de cada partido.-----
Referiu que o PS entende que há passos importantes que foram alcançados, como a transmissão on-line das sessões, a interpretação das mesmas em Língua Gestual Portuguesa e a particularidade da atenção e preocupação com a acessibilidade dos locais onde se realizam as sessões, frisando que este aspeto é, para o PS, de extrema importância. -----

Salientou que a transmissão on-line das sessões foi algo que, durante muito tempo, foi sendo pedido e que, felizmente, foi alcançado, acrescentando que o PS é da opinião que os pontos fracos não superam as vantagens que traz uma transmissão on-line dos trabalhos de uma Assembleia Municipal, daí entender que igual caminho devia ser seguido quanto às reuniões da Câmara Municipal.-----

Referiu que um dos pontos que não passou em sede da Comissão Permanente é relativo ao artigo 21.º, que diz respeito ao Período de Intervenção do Público, fazendo notar que o PS entende que este Período deve ter lugar no início das sessões. Disse que essa alteração não foi aprovada na Comissão Permanente, pelo que, entendendo o PS que esse não é um fator de menor importância, se iria abster na votação da proposta em apreço. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Em linha com o que disseram já os colegas, queria agradecer a todos, também ao Sr. Presidente da Mesa e aos diferentes grupos municipais, pela abertura e capacidade de diálogo para termos chegado a este acordo. Um agradecimento em particular ao Tiago Paiva pelo seu trabalho de síntese das propostas discutidas em Comissão Permanente. Obrigado, penso eu, em nome de todos.-----

Estamos de acordo com as propostas aqui apresentadas, resultado deste compromisso entre as diferentes forças políticas, mas também não queria



deixar de sinalizar alguns pontos que defendemos, mas que não foi possível, desta vez, incluir no acordo final. -----

Garantir a intervenção do público no início das assembleias municipais, também tornar mais acessível o histórico das sessões da Assembleia Municipal bem como os documentos que foram votados, nomeadamente no site. E, como foi aqui dito também, esperamos que haja um espaço próprio digital para a Assembleia Municipal.-----

Descentralizar, também, o lugar de realização das assembleias. -----

Mas, mais do que isso, mantemos uma posição sobre este assunto e gostamos, aqui, de aproveitar este momento para a defender, que é que a Assembleia Municipal, que este órgão não se esgote na realização das reuniões obrigatórias, mas que se assuma como um veículo para a literacia democrática e a participação cívica dos feirenses, podendo, tal como acontece noutros municípios, enquanto Assembleia Municipal, dinamizar conferências, ações de formação em escolas, exposições, concursos, edições, e que a Assembleia não seja só uma reunião de vez em quando, mas que seja um agente ativo na promoção da cidadania e da participação democrática. Caso contrário, arriscamos, cada vez mais, a continuar a ter um crescimento da abstenção. A abstenção é o maior inimigo da democracia e compete, a nós, defendê-la.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que disse considerar que se fez história, pela primeira vez, em Santa Maria da Feira, realçando que os deputados municipais estiveram e estão a trabalhar em uníssono, com os olhos postos no interesse dos feirenses. Salientou que o CH concorda com as alterações propostas ao regimento, e que também queria endereçar um particular agradecimento ao membro Tiago Paiva pela dedicação e pelo trabalho que realizou na organização das propostas apresentadas pelos diferentes partidos, levando a que se conseguisse atingir o objetivo.-----



Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse que, apesar de ser sempre possível melhorar, considera ter-se chegado a um patamar com alguma qualidade, comentando que aquilo que mais realça é as sessões da Assembleia Municipal já estarem a ser realizadas sem constrangimentos de acessibilidade. -----

Referiu que, embora não se tenha conseguido fazer passar todas as alterações ao regimento que foram apresentadas pelos vários partidos, foi aprovado, por unanimidade, um texto final, reforçando que a Comissão Permanente tem estado a trabalhar bem, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia e com a colaboração de todos os que a compõe.-----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que disse que algumas das alterações apresentadas não mereceram a concordância do PSD, mas que foi possível chegar-se a um acordo quanto a outras, resultando na proposta que agora é submetida à Assembleia Municipal. -----

Sobre o Período de Intervenção do Público ser no início das sessões, realçou que essa questão foi amplamente debatida, até na campanha para as últimas eleições autárquicas, e que o PSD sempre disse que não ia aprovar uma alteração para que esse Período se realize no início das sessões, e que mantém esta posição. -----

Sobre a transmissão on-line das sessões da Assembleia Municipal disse que o PSD também já tinha dito, na campanha eleitoral, que a transmissão iria passar a ser feita, e que, de igual modo, manteve essa posição. -----

Referiu que assim como os membros dos diversos partidos políticos estão limitados por aquilo que foram as propostas apresentadas por cada um deles durante as eleições autárquicas, os membros do PSD têm exatamente as mesmas limitações, frisando que foi com base nisso que se chegou a este texto final de alteração ao regimento, para ser votado pela Assembleia Municipal. -----



Feitas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** disse querer dar uma nota face ao proferido pelo membro João Vidal, salientando que quando disse à Assembleia que houve um acordo em sede de Comissão Permanente, é porque houve um acordo, esclarecendo que um acordo é encontrado nos pontos de convergência entre opiniões divergentes, e que foi isso que aconteceu.-----

Referiu que aquilo que se pode dizer é que, de facto, a CDU queria a alteração de outros pontos, mas que sobre esses não houve acordo, pelo que não constam da proposta ora submetida a esta Assembleia.-----

Interveio novamente o membro **João Vidal** (CDU), que esclareceu que a posição da CDU sempre foi a de que o Período de Intervenção do Público deve ocorrer no início das sessões, e que este ponto era fundamental para o seu voto favorável. Informou que, não havendo uma alteração ao regimento nesse sentido, vota contra, salientando que foi somente isto que falou na sua intervenção anterior.-----

Posto isto, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD:30, BE, CDS-PP, IL, CH, IND), 1 voto contra (CDU) e 16 abstenções (PS), aprovar as alterações, nos termos propostos, ao Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em 26/02/2018, procedendo à respetiva republicação.-----

Os membros **Tiago Paiva** (BE) e **Carlos Martins** (IL) solicitaram que fossem consideradas como declaração de voto aquilo que disseram nas suas intervenções.-----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) apresentou, por escrito, declaração de voto cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“O voto Abstenção do Partido Socialista, neste ponto, prende-se com a não



inclusão de um dos pontos da proposta do grupo municipal do Partido Socialista para o regimento da Assembleia Municipal, tratando-se de um artigo referente à intervenção do público que o PS entende de grande importância, que transcrevemos: -----

Seção III -----

Artigo 21.º -----

(Período de intervenção do público) -----

1. Em cada sessão ordinária e extraordinária, o Presidente da Assembleia Municipal fixa um período de intervenção aberto ao público, que tem lugar imediatamente após a abertura dos trabalhos e não sendo superior a 45 (quarenta e cinco) minutos, com vista à apresentação de assuntos de interesse municipal, bem como à formulação de pedidos de esclarecimento dirigidos à Mesa. -----

2. A intervenção do público acima referida é feita em local condigno, de molde que possa falar de frente para o Plenário da Assembleia Municipal. --

3. Terminado o período fixado nos termos do n.º 1, a Mesa ou o Presidente da Câmara Municipal dão resposta às perguntas formuladas. -----

4. Se a Mesa não estiver, de momento, habilitada a prestar os esclarecimentos solicitados, remete o assunto à Comissão Permanente e à Câmara Municipal para posterior resposta aos requerentes e informação ao Plenário. -----

5. Cada interveniente usa da palavra por uma só vez, só devendo a Mesa aceitar um máximo de 15 (quinze) inscrições por cada período de intervenção do público, sendo rateados em partes iguais, por intervenção, não podendo nunca exceder 5 (cinco) minutos por pessoa. -----

6. Os Grupos Municipais devem receber, através do Presidente da Assembleia Municipal, esclarecimentos acerca das respostas devidas pela Câmara Municipal no prazo de 30 (trinta) dias seguidos às perguntas e questões formuladas pelos munícipes, no respetivo período de intervenção.

7. Os cidadãos, associações, cooperativas, fundações e outras pessoas



coletivas interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão de fazer, com a antecedência de 48 horas, a sua inscrição na Mesa da Assembleia, presencialmente ou por correio eletrónico, referindo nome, morada e assunto a tratar. -----

8. Terminado o período de intervenção do público cada um dos grupos municipais poderá pedir ou prestar esclarecimentos não podendo nunca exceder 5 (cinco) minutos por cada grupo municipal.”-----

Saiu o membro Jorge Neves Pereira. -----

4 – Alteração do Mapa de Pessoal para 2023 -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 13 de fevereiro de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD:29, CDS-PP, IL, CH, IND) e 18 abstenções (PS:16, BE, CDU), aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

5 – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 13 de



fevereiro de 2023 e restante documentação que a acompanha -
oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da
palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia
submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor
(PSD:29, IND, PS:1 - Rui Alves Rios), 1 voto contra (BE) e 19 abstenções
(PS:15, CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar a 1.ª alteração modificativa ao
Orçamento e às Grandes Opções do Plano, nos termos da deliberação
camarária supraidentificada. -----

Reentrou o membro Jorge Neves Pereira. -----

Saíram os membros Maximino Costa e António Valdemar Ribeiro. -----

6 - Protocolo para instalação de equipamentos de Fitness na freguesia de Romariz-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de
seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual
apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 13 de
fevereiro de 2023 e restante documentação que a acompanha -
oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Aberta a discussão, interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que
disse querer colocar uma questão pois leu, no documento distribuído, a
alusão a uma estratégia municipal de criação de espaços para a prática
desportiva ao ar livre. Referiu que andou a pesquisar e não conseguiu
encontrar esta estratégia, pelo que queria perceber se ela existe e,
existindo, onde está. Disse que esta questão até poderá ter sido respondida
na reunião de Câmara, mas que, como não existe a transmissão on-line



nem foi distribuída a ata dessa reunião, os membros desta Assembleia não têm como saber isso, pois apenas tiveram acesso à minuta da ata, onde somente consta a deliberação tomada. -----

Referiu que o grupo municipal do PS queria perceber se os equipamentos em questão vão realmente cumprir aquilo que será uma estratégia municipal, se é que existe, e perceber que outras freguesias poderão vir a ser abrangidas por essa estratégia.-----

Concluindo, questionou ainda se os equipamentos a instalar são de utilização universal, ou seja, se realmente permitem a prática desportiva a todas as pessoas, e não só a algumas.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra e esclareceu que, neste ponto, está em causa a instalação de alguns aparelhos para a prática desportiva de forma livre, para quem os quiser utilizar.-----

Sobre a estratégia disse que essa palavra é, muitas vezes, utilizada de uma forma que considera não ser muito perceptível, frisando que estratégia é o planeamento de médio e longo prazo, para 4, 5, 10 anos, é planejar o futuro. Referiu que, embora sabendo que a tendência burocrática de alguns é ver tudo escrito, algures, num papel, o Executivo não precisa de fazer nenhum documento, fazendo notar que a estratégia municipal passa por fazer postos médicos e ter médicos de família para todos, assim como pela consciencialização de que uma boa alimentação e uma boa prática desportiva é boa para todos. Referiu que a Câmara está a tentar implementar várias zonas de percursos pedonais e espaços com aparelhos, como existem em Lourosa, em Fiães, em Mozelos e em Santa Maria da Feira, acrescentando que a Câmara vai colaborando com as juntas de freguesia para implementar tais equipamentos em espaços que reúnam as devidas condições.-----

Frisou que o objetivo é fazer com que o máximo número de pessoas pratique atividade física saudável, é pôr os mais idosos a dançar e a



praticar exercício, através das Matinés Dançantes e de outras iniciativas desenvolvidas no âmbito do Programa Movimento Bem-Estar, reforçando que é esta a estratégia do Município. -----

Interveio novamente a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS), que disse ter ficado esclarecida que, na realidade, não existe uma estratégia, mas sim um princípio, o que é diferente, salientando que uma estratégia é um documento que diz o que é que vai ser feito, como é que os equipamentos vão ser distribuídos no território e quais as localizações preferenciais.-----

Referiu que, assim, o Município não tem uma estratégia, mas sim um princípio de promover, realçando que era importante haver mais cuidado naquilo que se diz a quem vota este tipo de propostas, inclusive quando são objeto de protocolos. -----

Disse que o Sr. Presidente da Câmara não lhe respondeu se os equipamentos a instalar são inclusivos, ou não, para que todos possam praticar exercício em igualdade de circunstância, acrescentando que se há um princípio orientador de promover a prática desportiva ao ar livre no Concelho, era importante saber isso. Salientou que o PS preferia que houvesse uma estratégia municipal, com objetivos anuais a cumprir, mas que o Sr. Presidente da Câmara organiza da forma que bem entende, até porque foi eleito para o fazer.-----

Concluindo, disse que partilhar estas opiniões não significa que o grupo municipal do PS não acompanha a proposta em discussão, porque faz todo o sentido promover a prática do desporto ao ar livre, reforçando que é importante que os equipamentos a instalar sejam inclusivos e sejam distribuídos pelo território de forma igualitária. -----

Interveio o membro **José Carlos Silva** (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, que disse que, no âmbito do tema em discussão, há uma estratégia perfeitamente evidenciada e uma política que foi definida,



salientando que alguns parques infantis foram retirados por uma série de questões que a Câmara avaliou. Referiu que, no caso de Mozelos, foi colocado um parque de equipamentos de fitness, realçando que essa situação foi pensada e planeada com a Junta de Freguesia, para promover a prática do exercício físico. -----

Sobre a questão dos equipamentos serem inclusivos, ou não, disse que nem sempre é uma situação fácil, salientando que, no parque do Murado, essa foi uma preocupação tida na negociação com a Câmara, reforçando que a equipa liderada pelo Vereador Mário Jorge é muito bem estruturada, capaz e trabalha sempre em conjunto com os agentes locais. -----

Reafirmou que a estratégia está bem definida e que passa por tentar colocar o maior número de equipamentos nos locais onde sejam necessários e, acima de tudo, de forma a que todos os possam utilizar. Disse que não se pode ter estes equipamentos em todas as esquinas, até porque decorre um período em que há uma grande carga fiscal e não há grandes excedentes orçamentais, salientando que é preciso racionalidade de forma a aplicar bem o dinheiro e que a Câmara está a fazer isso. -----

Referiu que a Câmara merece os parabéns por estas iniciativas, não só pela renovação dos parques infantis, mas também pela criação de espaços com equipamentos para a prática do exercício físico, até porque é cada vez maior o número de pessoas com dificuldades financeiras, que não se podem inscrever em ginásios. -----

Disse que aquilo que é preciso é executar no terreno, levando em consideração as sugestões dadas pelas juntas de freguesia, dizendo que estas têm de fundamentar as exigências que fazem com dados concretos, e não exigirem ter só porque outras freguesias também têm. -----

Concluindo, reforçou que concorda inteiramente que os equipamentos a instalar devem ser, sempre que possível, inclusivos. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse ter ficado com uma dúvida



quanto à questão da estratégia, perguntando se faz parte da estratégia a eliminação de parques infantis para a introdução de equipamentos de fitness.-----

Interveio novamente o membro **José Carlos Silva** (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, que explicou que há determinados organismos, como a ASAE, que estipulam uma série de critérios que os equipamentos têm de cumprir, comentando que, muitas vezes, tais critérios são fundamentalistas. -----

Referiu que, quando esses organismos dizem que os parques infantis não podem estar num determinado local, há que cumprir, dando nota que o desejo era manter o parque infantil em Mozelos, mas que apenas foi permitido instalar ali um parque para a prática de atividade física, pelo que isso foi cumprido. -----

Disse não ser a favor de muitas das leis que são feitas, até porque é da opinião que a Assembleia da República não publica tantas leis de qualidade quanto isso, mas que, depois de publicadas, cumpre-as. -----

A deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) voltou a intervir, para insistir na questão quanto a se os equipamentos a instalar são inclusivos. Referiu que se já existe um orçamento é porque já se sabe que equipamentos são e, assim, já se sabe se dão para todos praticarem exercício físico, ou só alguns, frisando que é uma resposta simples e direta que pretende obter. --

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse que a Câmara procura, naturalmente, que os equipamentos sejam inclusivos, mas que também é evidente que há equipamentos e aparelhos que nem todos podem utilizar, comentando que não vale a pena haver ilusões quanto a isso. -----



Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD:28, PS:16, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (BE), aprovar o protocolo em referência, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

7 - Aditamentos aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município e a Junta de Freguesia de Lourosa, e entre o Município e a União das Freguesias de Lobão, Gião Louredo e Guisande-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 19 de dezembro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Aberta a discussão, interveio o membro **Virgílio Ribeiro** (PS) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“Gostaríamos de comentar e dar o nosso parecer, mais uma vez, sobre este assunto muito importante para as Freguesias e Uniões de Freguesias. -----
Todos sabemos que somos a favor da descentralização das competências, da Câmara Municipal para as freguesias, por todas as razões; pela proximidade que estas têm com os cidadãos, pela maior capacidade de satisfazer em primeira mão as suas necessidades em tempo útil, na gestão tendo em conta uma maior eficácia na resposta dos problemas imediatos, etc. Não temos dúvidas que as Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias estão mais bem preparadas, é claro, desde que disponham dos recursos financeiros e humanos (técnicos). -----

Sr. Presidente, -----



Por muita compreensão que haja pela vossa gestão do Orçamento Municipal, acreditamos que na generalidade dos presidentes de Juntas de Freguesia ou Uniões das Freguesias, são ambiciosos, insatisfeitos, que não se acomodam facilmente, quanto ao valor das verbas recebidas anualmente da delegação de competências, porque estes conhecem muito bem as suas necessidades, o estado de conservação das infraestruturas e equipamentos, do seu território. -----

Sr. Presidente, -----
Concretamente ao Adiantamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município é a Freguesia de Lourosa,-----

Como sabe o Pavilhão Municipal de Lourosa, é seguramente o mais ou um dos mais utilizados do Município, pelas várias modalidades escolares desportivas, e de diversas equipas do nosso concelho e concelhos vizinhos, quer para treinos quer para jogos oficiais. -----

O mesmo se pode dizer da Pista de Atletismo quanto a atividade e utilidade.-----

Mas, apesar do aumento do valor anual do Contrato de Delegação de Competências, ainda há algumas dificuldades da Junta de Freguesia fazer a gestão dos recursos humanos e equipamentos para manterem essas infraestruturas e espaços bem tratados e zelados, gerindo os recursos disponíveis de maneira que os alunos e atletas possam exercer a sua atividade desportiva em boas condições de comodidade e segurança, permanentemente em tempo útil. -----

Quanto ao Adiantamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município e a União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande.-----

Sr. Presidente, -----
Pretendemo-nos aludir à questão do Pavilhão da Escola EB 2/3 da Corga de Lobão.-----



Compreendemos e apoiamos o aumento do valor anual de 2022 para 2023, nomeadamente de 8.500 € (oito mil e quinhentos euros) para 12.000 € (doze mil euros). Não obstante, e tal como já se pronunciou o executivo da União das Freguesias, constatamos que este valor é insuficiente tendo em conta o estado atual do Pavilhão e a dimensão das reparações de que o mesmo carece. Salientamos que se tem vindo a verificar uma degradação sistemática e progressiva, nomeadamente no que diz respeito à entrada de água e degradação da pavimentação (tacos), originando o cancelamento e o adiamento de jogos, devido à escassez de condições de segurança inerentes à prática desportiva. Consequentemente, o Pavilhão está, praticamente, a necessitar da realização de uma obra de reparação profunda, para a qual apenas a Câmara Municipal dispõe de recursos para intervir, dado não se tratar de simples reparações, as quais estariam, eventualmente, ao alcance da União das Freguesias, tendo em conta o valor anual atribuído no Contrato de Delegação de Competências. -----

Assim, questionamos: -----

- 1 – Quem é o proprietário do terreno e do pavilhão? -----
- 2 – Já existe projeto para realização das obras no pavilhão? Se sim, qual o prazo? -----

Acrescentamos que nos preocupa a falta de alternativas para a prática do desporto dos nossos jovens, assim como a falta de opções para o número de equipas, praticantes da modalidade de futsal pertencentes ao Concelho, dada a escassez de infraestruturas adequadas para tal. -----

Em suma, reconhecemos e apoiamos o aumento do valor das verbas atribuídas anualmente da delegação de competências, para 2023, mas também reconhecemos que este aumento ainda não é suficiente, mais ainda em muitas situações pela falta de recursos adequados e complementares para a concretização das pequenas reparações e conservação dos espaços para o fim a que se destinam. -----

- 3 – Se fosse a Câmara Municipal a realizar as reparações e manutenções



das infraestruturas e dos espaços esta verba atribuída às Freguesias ou Uniões de Freguesias chegaria para executar as obras?-----

Sugestões: naturalmente um aumento das verbas, por exemplo para mitigar o aumento da inflação (maior custo das matérias primas, mão de obra, subcontratação, entre outros); -----

Atribuição de mais algumas competências de acordo com a capacidade das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias.-----

Aguardamos os seus esclarecimentos.”-----

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por esclarecer que os aditamentos em apreço não dizem respeito a obras de fundo, que exigem recursos financeiros muito significativos, mas sim à manutenção corrente, salientando que foi isto o acordado com as freguesias e, daí, o aumento ora proposto. -----

Referiu que é preciso ter alguma prudência quanto à descentralização de competências para as juntas de freguesia, salientando que, apesar de não ter qualquer dúvida da capacidade dos executivos das juntas de freguesia, há todo um conjunto de tarefas que exigem uma equipa técnica significativa, desde engenharia, fiscalização, apoio jurídico e outras. Disse que, se fosse presidente de junta, não quereria receber certas funções porque não teria o quadro técnico necessário para dar a devida resposta, realçando que a Câmara tem feito uma descentralização à medida daquilo que as juntas de freguesia podem receber. -----

Realçou que, nas outras questões, a Junta sinaliza a necessidade, como aconteceu com os pavilhões em questão neste ponto, os técnicos da Câmara analisam, é feito o caderno de encargos e, depois, é feita a obra e a devida fiscalização da mesma, reforçando que as obras de fundo, que requerem muito investimento, são feitas pela Câmara.-----

Concluindo, fez notar que a descentralização tem vantagens quando quem recebe a competência tem capacidade técnica para a fazer, salientando que



a parte financeira nem é a mais importante porque, quanto a essa, a Câmara podia dar o dinheiro às juntas de freguesia. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD:28, PS:16, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (BE), autorizar os aditamentos aos contratos interadministrativos de delegação de competências a celebrar entre o Município e as Freguesias em referência, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

8 - Prorrogação de prazo de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Ação Social-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 30 de janeiro de 2023 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Aberta a discussão, interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que começou por dizer que o BE é contra este processo de transferência de competências, seja agora concretizado, seja depois.-----

Referiu que, conforme também já veiculado pelo próprio Executivo camarário, este processo visa tornar os municípios em tarefeiros, acrescentando que, à semelhança do que aconteceu no caso na Educação, a transferência não é acompanhada do pacote financeiro adequado, o que vai contribuir para uma degradação do serviço público. -----

Informou que, assim, o BE abstém-se neste ponto, com a declaração de que é contra o processo de transferência de competências, seja agora, seja daqui a alguns meses. -----



Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse que esta Assembleia já aprovou o adiamento em 2021 e em 2022, acompanhando a prorrogação do prazo que a lei permitiu, e que o Sr. Presidente da Câmara já informou que este processo está concluído. Referiu que, tendo isso em conta, questiona se aquilo que está em causa na transferência, seja o RSI ou outro tipo de delegações, tem um impacto de grande transformação no Município, nomeadamente nas instituições que estavam a fazer estas funções, e se há alguma alteração significativa relativamente aos recursos humanos. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** informou que a Câmara está a trabalhar com as instituições, dando nota que é possível que alguns dos recursos que atualmente estão afetos às IPSS sejam transferidos para a Câmara. Referiu que esse é um processo negocial que está praticamente concluído, com um entendimento entre todas as partes. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor (PSD:28, PS:16, CDS-PP, CH, CDU, IND) e 2 abstenções (BE, IL), sob proposta da Câmara, prorrogar a decisão de não aceitação da transferência de competências municipais em matéria de Ação Social até 3 de abril de 2023, e que esta deliberação seja comunicada à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) dentro do prazo legalmente previsto. -----

9 – Revisão do tarifário para o ano de 2023, no âmbito da Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual



apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 3 de janeiro de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Aberta a discussão, interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que começou por dizer que não há muito a salientar relativamente às tarifas da água e de saneamento porque o Município está de mãos e pés atados até 2029, pelo menos, acrescentando que só nessa altura é que se terá de fazer contas para saber o que fazer. Disse que haverá questões relevantes a considerar porque a concessionária, depois de 2029, ainda terá de fazer a substituição de condutas, reforçando que, por enquanto, o Município só decide se as tarifas estão bem definidas, ou não, em função daquilo que está contratualmente estipulado. -----

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara falou, na reunião camarária, de uma questão importante sobre a qual queria obter esclarecimentos, relacionada com a tarifa dos resíduos urbanos, onde afirmou que, a breve trecho, poderá haver uma duplicação dos custos para o Município, pois está a pagar, sensivelmente, 60 euros/tonelada e poderá vir a pagar 150 euros/tonelada. -----

Disse julgar que a fatura que a Suldouro apresentará ao Município será em função daquilo que é reciclado, questionando se a capacidade existente para reciclar poderá implicar, ou não, num aumento substancial do custo para o território. Salientou que, caso assim seja, se o Município tiver políticas de reciclagem e reutilização mais aprimoradas terá de suportar uma fatura menor perante a Suldouro, tornando o território mais competitivo, acrescentando que reciclar mais será igual a maior competitividade. -----

Referiu que os dados que o Município tem, em termos de reciclagem, não são nada abonatórias porque recicla sensivelmente 39% dos resíduos, o que se traduz numa média de 85 quilos/habitante. Deu nota que, em



termos percentuais, Santa Maria da Feira está equivalente à panorâmica nacional, mas que, em termos de reciclagem por habitante, não está bem, quer em comparação com os municípios de pequena dimensão como com os de grande dimensão. Disse que aquilo que se verifica, em termos nacionais, não está relacionado com a dimensão do território ou se está localizado no litoral ou no interior, comentando que há alguma coisa que está a ser bem executada em determinados municípios, mas que, em Santa Maria da Feira, não está a ser tão bem executada. -----
Concluindo, disse que era importante perceber o que se passa nesses municípios para tornar Santa Maria da Feira mais competitiva no futuro, solicitando este pedido de esclarecimento. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse que a informação prestada sobre a revisão do tarifário para 2023 é mais um motivo para a posição clara que o Bloco defende quanto à forma como um bem essencial é explorado no município de Santa Maria da Feira. Referiu que esta revisão traduz-se num aumento da fatura da água dos feirenses em percentagens brutais, prejudicando, principalmente, os agregados mais desfavorecidos. Salientou que a informação prestada é um sintoma claro de que a concessão não serve os interesses dos munícipes e de que não se justifica a conivência e serenidade com que o executivo municipal do PSD continua a ignorar o debate sobre a remunicipalização da água. -----
Disse também não se justificar, à luz da atualização das percentagens que é veiculada, que a tarifa social da água não seja atribuída automaticamente, comentando que, mais uma vez, esta Assembleia reprovou esta pretensão. -----

Concluindo, reforçou que a informação prestada nesta sessão dá, em parte e em grande medida, razão à posição do Bloco de Esquerda. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por dizer que sempre



que aparece na ordem de trabalhos o tarifário da água, dá uma grande discussão, que é assim há 20 anos, mas que não lhe parece que seja essa a questão de fundo para o futuro coletivo dos feirenses. Disse ser sabido que há um contrato que o Município tem de cumprir, que contempla indexantes de atualização, focando que este ponto serve para a Assembleia tomar conhecimento da atualização para 2023. -----

Referiu que, contudo, partilha da preocupação manifestada pelo membro Daniel Gomes em relação às taxas dos resíduos sólidos, no seguimento do proferido pelo Sr. Presidente da Câmara na reunião camarária. Realçou que, juntando os preços que os feirenses estão a pagar acima da média pela água ao que pode acontecer com os resíduos, resulta numa situação preocupante, numa espiral perigosa para aquilo que são as condições de vida dos cidadãos, em questões que são essenciais para a sua vida, como é a água e os resíduos. -----

Disse que aquilo que a IL quer é perceber até onde pode ir essa espiral, pois está-se a falar, a médio prazo, num contexto de inflação preocupante, num país que já é pobre e onde as famílias estão a empobrecer, comentando que Portugal é dos países europeus em que o rendimento 'per capita' tem vindo a reduzir-se mais, até comparando com o período pré-pandemia. Salientou que gostava de receber alguma informação da Câmara sobre esta matéria, para perceber o que se espera que vai acontecer a uma família de classe média no concelho de Santa Maria da Feira, considerando a expectativa quanto ao cumprimento do contrato com a Indagua, os preços da água e os outros custos de serviço público. -----

Disse que não estava a fazer nenhuma responsabilização direta à Câmara, mas sim a manifestar uma preocupação, comentando que este é um assunto demasiado sério, cuja realidade não se pode mascarar aos cidadãos, acrescentando que este assunto merece muitos debates políticos e obriga que todos sejam objetivos e transparentes ao informar as pessoas, com tempo, daquilo que pode vir a acontecer.-----



Concluindo, reafirmou que a IL gostava que, ao longo dos próximos meses, fosse feita uma reflexão partilhada sobre esta matéria porque ficou preocupada com aquilo que está escrito na ata da reunião de Câmara, para se perceber melhor o que está a acontecer e o que pode vir a acontecer. -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que começou por dizer que considera inadmissível que, numa altura em que há o aumento do custo de vida, haja um aumento de cerca de 12% do custo da água ao consumidor final quando, segundo o relatório, o aumento do custo real para a própria Indaqua é de 2,7%. Disse que, assim, questiona se a Câmara sabe para onde vai o dinheiro relativo a este diferencial, perguntando se não estará a ir para o aumento dos salários de trabalhadores da Indaqua. Referiu que esta realidade é crítica, ainda mais quando noutros municípios não vai haver aumento ou, então, haverá um aumento residual do preço da água. -
Concluindo, disse que a CDU reitera a importância de ser estudada a possibilidade da reversão do contrato com a Indaqua, dizendo que era conveniente ter valores para discutir se a melhor solução é esperar por 2029 para finalizar o contrato ou iniciar já o processo de reversão, deixando este repto à Câmara. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse que não se iria focar na questão do tarifário para 2023, até porque o assunto é presente a esta Assembleia para conhecimento, mas sim na questão dos resíduos urbanos. Neste âmbito, questionou se não estará na hora de o Município ser mais ambicioso e ter a recolha seletiva implantada em todo o Concelho, para que as taxas dos resíduos não atinjam os valores que o Sr. Presidente está a perspetivar que venham a acontecer. -----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que começou por elogiar as posturas do PS, da IL e do CDS-PP por terem parado de ter uma discussão



inócua e procurado esclarecer algumas situações que também preocupam o PSD e, certamente, a Câmara Municipal, nomeadamente a questão dos resíduos urbanos. Referiu que, contudo, a esquerda radical presente nesta Assembleia continua na senda habitual, pelo que iria retocar alguns pontos que já mencionou no ano passado, para que fiquem claros.-----
Salientou que o aumento da água é baseado numa fórmula, dizendo que é evidente que o PSD, a Câmara e todos os presentes preferiam que o preço da água não aumentasse o que vai aumentar, mas que a verdade é que o aumento advém de uma fórmula que está definida.-----
Realçou que o preço da água aumentou 2% para a Indagua e que os remanescentes 10% estão relacionados com a inflação, explicando que, para além do aumento estipulado pela fórmula, a Indagua tem custos associados, não só com os trabalhadores, mas, também, com as matérias-primas que usa.-----
Quanto à questão de estudar a quebra do contrato com a Indagua, salientou que a verdade é que, numa fase inicial, a Indagua teve prejuízos avultados precisamente devido aos fortes investimentos que teve de fazer, pelo que é natural que, se o Município quiser romper o contrato, agora ou em breve, terá de ressarcir a Indagua desse valor investido porque esta ainda não teve oportunidade, no tempo decorrido, de reaver a totalidade desse valor. Disse que também não se pode esquecer que a Indagua, sendo uma empresa privada, conseguiu realizar um investimento que o Município, com os fundos que tinha, talvez não conseguisse realizar.-----
Referiu que outra nota importante é que o património e os equipamentos em que a Indagua investiu transitarão, no final do contrato, para a posse do Município, pelo que se o Município romper o contrato também terá de ressarcir a Indagua por essa situação. -----
Concluindo, reafirmou que o PSD preferia que o preço da água não aumentasse tanto, mas que tal aumento está contratualizado e legalmente enquadrado. -----



O membro **Tiago Paiva** (BE) interveio novamente, dizendo que o BE tem perfeitamente presente que o investimento na rede de abastecimento foi feito pela Indaqua, mas que também sabe que não foi só feito pela Indaqua, pois muito do investimento foi feito com percentagens elevadas de fundos públicos e através de candidaturas europeias. Frisou que é importante que se saiba que o investimento na rede não foi só feito pela Indaqua. -----
Salientou que aquilo que o BE aponta é a responsabilidade do executivo no estabelecimento deste contrato que, desde o início, não serve os interesses dos feirenses no acesso a um bem essencial como é a água. Referiu que a necessidade de recorrer a este investimento privado para investir na rede de abastecimento de água também é reflexo, de alguma forma, de uma incapacidade do Município fazer, por ele próprio, este investimento. -----
Concluindo, realçou que esta assunção de responsabilidade também deve ser feita por parte de quem a tem.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, começando por dar nota que um investimento do género gera um investimento de capital intensivo, em que é preciso recorrer à banca e em que é preciso pagar e remunerar.-----

Referiu que, além disso, a Indaqua tem de pagar os salários aos seus funcionários, tem de pagar a eletricidade para pôr a funcionar as ETAR, os sistemas elevatórios, os reservatórios, assim como precisa ter os camiões e outros equipamentos a funcionar, salientando que a Indaqua é uma empresa que tem custos e o consumidor, quando paga uma tarifa, é para cobrir estes custos.-----

Deu nota que o aumento que a Indaqua fará no preço da água, até 2028, é de 1,2% porque a Câmara pediu que os ramais deixassem de ser pagos, acrescentando que, como os ramais faziam parte da receita estimada da Indaqua, ela teve de ser compensada por isso, comentando que, quando se corta de um lado, tem de se ir buscar a outro, pois não há milagres.-----



Referiu que, para 2023, a atualização do preço da água é mais significativa devido à inflação, comentando que os portugueses, com uma inflação de 10, 20 ou 30% nos produtos básicos, mesmo que tenham aumentos salariais de 4, 5 ou 6%, perdem rendimento, o que significa que compram menos coisas com o mesmo dinheiro. -----

Sobre o pedido feito pelos partidos de esquerda quanto à tarifa social da água, disse que há sempre alguém que tem de pagar aquilo que outros não pagam, frisando que a Câmara, em vez de instituir uma tarifa social, prefere analisar caso a caso e apoiar os que têm necessidade. Disse que a tarifa social significa que muita gente deixaria de pagar, o que iria impactar naqueles que têm de pagar, principalmente os da classe média que, normalmente, não cumprem os critérios para terem acesso à tarifa social e estão cada vez mais pobres. Reforçou que prefere a análise caso a caso, pois considera mais justo do que a tarifa social, realçando que não vai abdicar desta sua opção, mas que, quem o vier a substituir dentro de dois anos e meio, poderá decidir de outra forma. -----

Quanto à questão dos resíduos urbanos confirmou que essa situação o preocupa, informando que o Município paga uma tarifa de lixo de cerca de 26 euros por tonelada, que tem vindo sistematicamente a subir, o que também acontece com a TGR – Taxa de Gestão de Resíduos, que está nos 22 euros por tonelada e vai aumentar para 25 euros. -----

Salientou que, hoje, a taxa é tão cara como o custo do serviço, dando nota que já escreveu sobre esta questão na imprensa e até para a ERSAR, ressaltando que está farto de reclamar com toda a gente sobre isto. -----

Informou que as estimativas apontam para uma tarifa do lixo de cerca de 64 euros por tonelada, ao que, acrescentando a TGR e o IVA, fará com que, em breve, se pague cerca de 100 euros por tonelada. Salientou que, há dois anos, o Município gastava 1,2 milhões de euros no lixo, na recolha e aterro, mas que já vai em mais de 4 milhões de euros, e vai aumentar ainda mais. Disse que o custo do lixo também vai aumentar significativamente porque



se está a evoluir para a recolha seletiva porta a porta em todo o Concelho, comentando que já existe a recolha seletiva em todo o território, através dos ecopontos, mas não a recolha porta a porta, que só existe em parte. Referiu, neste âmbito, que a própria ERSAR tem sugerido, e até imposto, no sentido de o Município atualizar a tarifa da recolha do lixo, mas que o Município ainda não acolheu, comentando que, todavia, isso acabará por ter de ser concretizado. Fez notar que, pelas contas que fez por alto, caso seja para fazer refletir na fatura o custo real do serviço, o Município terá de aumentar essa tarifa em 3 ou 4 vezes.-----

Voltando à questão do preço da água disse que gostava que a mesma fosse gratuita, mas não é, acrescentando, a respeito dos lucros da Indaqua, que se os teve é porque aquela empresa é eficiente. Deu nota que, recentemente, a Indaqua recebeu um prémio por ser das operadoras do país com perdas de água mais baixas, informando que a taxa de perdas a nível nacional anda na casa dos 28 ou 29%, quando a Indaqua tem 16%, o que é excecional. Frisou que é pela eficiência que a Indaqua consegue ter margem de lucro, e não pelo preço da água, ressaltando que é preciso dar o mérito aos gestores da empresa, ainda mais porque também estão a defender o meio ambiente.-----

Disse que muitos dos municípios que têm tarifas mais baixas cometem ilegalidades ou têm um serviço fraco, mas que o município de Santa Maria da Feira tem uma cobertura de 99% da rede de abastecimento de água, que a água é analisada todos os dias, que tem fiabilidade, que nunca falta água na torneira ou falta uma vez em dez anos, sublinhando que a Indaqua presta um serviço muito importante e que as pessoas só se apercebem disso quando não chega água à torneira.-----

Concluindo, disse ser evidente que a água devia ser mais barata, mas que o Município celebrou um contrato que deve respeitar, acrescentando que, quando chegar a altura, concorda que o mesmo deve ser revisto para ver qual o melhor interesse para o Município.-----



Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a revisão do tarifário para o ano de 2023, no âmbito da Concessão em referência. -----

10 – Declarações no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 13 de fevereiro de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Aberta a discussão, a deputada municipal **Susana Correia** (PS) questionou a que se referem as verbas de recebimentos em atraso da Associação Empresarial de Portugal e do Visionarium, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que essas verbas dizem respeito a uma ação em tribunal que o Município tem contra ambas. Deu nota que, quando o Município ficou com o Europarque, o edifício do Visionarium estava fora do complexo, mas tinha em comum a parte da rede elétrica, pelo que o Município faturou esses gastos às duas entidades, que nunca foram pagos, daí correr essa ação em tribunal. -----

O membro **João Vidal** (CDU) questionou a que se refere a dívida agregada num total de cerca de 2 milhões e 600 mil euros, perguntando também, relativamente às empresas referidas, a que se devem as dívidas e quando é que termina o prazo para que sejam pagas ao Município, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** explicou que essa verba é essencialmente relativa a algumas rendas de habitação social em atraso, a algumas refeições escolares que as famílias não pagam, e à tarifa do lixo que, muitas vezes, as pessoas se recusam a pagar, sublinhando que é uma dívida acumulada de todos estes serviços. Sobre as dívidas das empresas, pediu à Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa



para dar o esclarecimento.-----

A Vereadora **Sónia Azevedo** informou, sobre a dívida da empresa André Silva e Irmão, Lda., que tem a ver com uma venda em hasta pública e cujo pagamento a empresa estava a parcelar, dando nota que a empresa até já pagou no passado mês de janeiro, mas que, reportando-se a declaração à data de 31 de dezembro de 2022, ainda consta essa dívida.-----

Quanto à dívida da BP Portugal informou que tem a ver com uma licença que a empresa ainda não tinha liquidada a 31 de dezembro passado, relativa a uma ocupação de espaço público.-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado as declarações em referência, elaboradas ao abrigo do disposto no artigo 15.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA). -----

11 - Relatório de Atividades de 2022 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pela Sr.ª Presidente da Comissão em referência (com o registo de entrada n.º 2.066, em 02/02/2023, na Divisão de Administração Geral) – oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Aberta a discussão, interveio a deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS) que disse que, face à importância do relatório em questão, o mesmo deveria ter sido analisado por todos os membros desta Assembleia, mas que sabe que terão sido poucos os que leram as 137 páginas do relatório, o que lhe causa tristeza dado que a CPCJ é uma instituição que trata situações de uma extrema sensibilidade. -----



Referiu que também lhe causa tristeza que o documento disponibilizado não passe de um documento pouco legível, sendo uma mera aplicação de uma base de dados, que não segue nenhum formato de relatório. Disse que, com isto, não está a dizer mal de quem trabalha na CPCJ, até porque já colaborou com aquela instituição e sabe a dificuldade, o esforço e o brio que os trabalhadores colocam na defesa das crianças e na sensibilização que fazem à comunidade para que tais problemas diminuam. -----

Salientou que esta matéria também está relacionada com o último ponto da Ordem do Dia desta sessão, referente às pessoas que são designadas para representar a Assembleia Municipal na CPCJ. Questionou, neste âmbito, quantas vezes é que esses elementos vêm à Assembleia falar sobre as atividades que acontecem, sobre o que é discutido nas reuniões da CPCJ, para que esta Assembleia seja informada desse trabalho. -----

De seguida disse que, da análise que fez ao documento, parece-lhe que se está no bom caminho, que o Governo central, juntamente com a Câmara Municipal, está a fazer um bom trabalho, nomeadamente ao nível da saúde mental, que foi uma das necessidades identificadas. Referiu que o documento aponta que também são precisas equipas de proximidade no domicílio, pelo que esse deve ser o próximo caminho a seguir. -----

Informou que o Projeto Adélia, da CPCJ, está em vigor durante os próximos 5 anos, acrescentando que existem alguns problemas por resolver, dando nota que o maior número de crianças acompanhadas está no escalão etário entre os 11 e os 14 anos de idade, mas que, por exemplo, também são acompanhadas 84 crianças entre os 0 e os 2 anos, o que deve fazer todos pensar. Referiu que a maior parte das sinalizações são feitas pelas autoridades policiais, mas que também os estabelecimentos de ensino e da saúde já fazem muitas sinalizações, comentando que esta é uma evolução porque, na altura em que colaborou com a CPCJ, tal não acontecia. -----

Deu nota que existe um fator muito acentuado entre todas as idades, que é a violência doméstica, e que a falta de supervisão familiar também é algo



comum, acrescentando que a parte do abuso e aliciamento sexual já começa a existir com crianças a partir dos 9 anos de idade. -----
Concluindo frisou que, por todas estas razões, é responsabilidade de todos prestarem mais atenção e darem mais importância às crianças. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que começou por dizer que não conseguiu ler todas as páginas do relatório e, ao tentar enquadrar os números apontados pela deputada municipal Alexandra Sousa, chegou à conclusão de que o relatório tem um formato inaceitável. Disse considerar importante que esta mensagem seja transmitida à CPCJ, a quem de direito, pois este é um tema demasiado importante para que a informação seja veiculada da forma que foi, em páginas sem qualquer tipo de conteúdo e sem qualquer tipo de zelo. Referiu que os números não têm qualquer enquadramento com o ano anterior, não se sabendo se há uma perspetiva de evolução, qual foi a evolução temporal da programática, se agravou ou melhorou, não informando quais as intervenções que foram implementadas e qual foi o sucesso das mesmas.-----

Disse que, mesmo quanto à identificação dos eixos prioritários da Saúde Mental e da necessidade de mais equipas de proximidade, quase lhe falhavam esses aspetos porque, no relatório, não consta qualquer tipo de informação que dê o devido enquadramento.-----

Salientou que, portanto, associa-se à crítica relativa à forma como foi apresentado o relatório, realçando que, com isto, não estava a criticar o trabalho feito pela CPCJ, mas sim a forma como o relatório é apresentado e sem uma justificação do porquê de ter sido apresentado desta forma. Referiu que se houver uma justificação, como a falta de recursos humanos para elaborar o relatório, então esta Assembleia teria de o saber para poder exigir que sejam dados mais recursos humanos à CPCJ, para que a Assembleia possa receber um relatório que seja informativo e que possa dar aso a alguma discussão. -----



Concluindo, disse partilhar da opinião que os representantes nomeados pela Assembleia Municipal para a CPCJ, assim como para outros grupos de trabalho, deveriam, de alguma forma, informar a Assembleia Municipal do trabalho que fazem, para que esta possa definir estratégias e intervenções nos respetivos temas, até pela importância que têm. -----

Usou da palavra o membro **Carlos Martins** (IL) que disse que é o muito respeito que os membros desta Assembleia têm pelo trabalho da CPCJ que os obriga a censurar a forma como lhes chegou esta informação. -----

Referiu que, enquanto eleitos, merecem respeito por parte das instituições e por parte dos representantes para elas nomeados por esta Assembleia, e, por isso, considera inadmissível o documento recebido, pois não se trata de um relatório, mas sim de um formulário eletrónico, que até se chama questionário relativo à composição, funcionamento e atividade. Disse que o documento não permite à Assembleia tomar decisões baseada em factos pois não faz nenhuma análise comparativa de tendências ou perspetivas, bem como não faz nenhuma reflexão sobre o que está a acontecer no Concelho, o que considera censurável. -----

Salientou que, assim, este reparo deve ser transmitido à CPCJ, acrescentando que também concorda que as pessoas eleitas pela Assembleia, para os diversos órgãos, devem prestar contas à Assembleia. --

Concluindo, disse que os eleitos desta Assembleia estão a representar os cidadãos do Concelho, frisando que os mesmos merecem mais respeito quando se trata de um assunto tão importante como este. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse subscrever o que já foi dito sobre a forma como o relatório foi apresentado. Salientou que as entidades e as forças vivas fixadas em Santa Maria da Feira têm feito um excelente trabalho de participação e de acompanhamento das situações, em rede com a CPCJ, reforçando que também espera que seja melhorada a



forma de apresentação da documentação, acompanhando a melhoria do trabalho que tem sido feito por aquela Comissão. -----
Concluindo disse que, se tal situação se deve à falta de recursos, então há que sinalizar essa necessidade para ser corrigida. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que disse concordar com o que já foi dito, comentando que também leu o relatório, mas não percebeu nada, dando nota que só ficou um pouco mais esclarecido após ouvir as declarações feitas pela deputada municipal Alexandra Sousa. -----
Referiu que, neste sentido, propõe à Mesa da Assembleia que convide a Presidente da CPCJ a vir a uma sessão da Assembleia explicar o trabalho realizado por aquela Comissão e responder às questões que lhe sejam colocadas, frisando que, afinal, estão em causa as crianças e jovens do Concelho. -----

Usou da palavra o membro **João Vidal** (CDU) que disse concordar com as afirmações proferidas sobre o relatório, salientando que, no entendimento da CDU, tal situação não abona nada em favor da compreensão do trabalho desenvolvido pela CPCJ. -----
Referiu que a CDU também considera que a Presidente da CPCJ deveria vir a esta Assembleia explicar o trabalho realizado por aquela Comissão, porque, através do relatório disponibilizado, não conseguiu perceber nada acerca do trabalho que foi realizado. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse compreender a preocupação referida, comentando que o documento que a Assembleia rececionou da CPCJ é um formulário, e não um relatório, pois não há uma apreciação nem uma descrição dos problemas que existem no terreno. Disse que verificou a legislação e constatou que a mesma diz que as Comissões de Proteção elaboram anualmente um relatório de atividades,



com a identificação da situação e dos problemas existentes na respetiva área de intervenção territorial em matéria de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo, mas que nada disto consta do documento rececionado.-----

De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu nota que esta matéria já foi abordada na reunião da Comissão Permanente, dizendo que, posteriormente, teve o cuidado de ler o documento e confirmou que o mesmo é extremamente exigente e técnico, porque exige comparação de dados. Referiu que o documento tem a informação toda, mas que, da forma que é apresentada, é muito difícil de compreender, alertando ainda que há muita reserva na informação prestada dado os casos em questão.-----

Disse que, portanto, é do entendimento que o documento cumpre aquilo que a lei obriga, acrescentando que a Mesa tomará as medidas que entender por convenientes face à posição manifestada pelas diversas forças partidárias.-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado o Relatório em referência.--

12 - Proposta de constituição de júri para concursos de cargos de dirigente-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 30 de janeiro de 2023 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 32 votos a favor, 1 voto contra, 16 votos em branco e 1 voto nulo, aprovar a designação do júri para os



concurso dos cargos de dirigente das unidades orgânicas elencadas na deliberação camarária supraidentificada. -----

13 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira -----

- Designação de uma pessoa de entre os cidadãos eleitores para substituição de Maria Amélia Dias Pichel Silva Petiz, designada pela Assembleia Municipal por deliberação de 14/02/2014 -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pela Sr.^a Presidente da Comissão em referência (com o registo de entrada n.º 1.395, em 24/01/2023, na Divisão de Administração Geral) – oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -----

O Sr. Presidente da Assembleia informou que deu entrada na Mesa uma única proposta, apresentada pelo grupo municipal do PSD, que passou a ler e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, -----
O grupo municipal do PSD nesta Assembleia vem apresentar a sua candidata a representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, dada a notoriedade e experiência profissional da pessoa a indicar desde já se dispensa a apresentação de curriculum: -----

– Cristina Manuela Cardoso Tenreiro. -----
Pelo que se requer seja o referido nome sujeito a escrutínio secreto, votado por esta Assembleia.” -----

Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 37 votos a favor e 13 votos em branco, designar a cidadã Cristina Manuela Cardoso Tenreiro para substituir a cidadã Maria Amélia Dias Pichel Silva Petiz na Comissão em



epígrafe. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não houve inscrições para intervir neste Período. -----

Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 01 horas do dia 18 de fevereiro de 2023, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

O 2.º Secretário,